A GEOPOLÍTICA DAS DROGAS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado Embaixador Celso Amorim
Secretário-Geral Embaixador Antonio de Aguiar Patriota

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente Embaixador Jeronimo Moscardo

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Diretor-Geral Embaixador Carlos Henrique Cardim

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br

A Geopolítica das Drogas

Seminário Internacional

17 de setembro de 2010
Rio de Janeiro - RJ

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Brasília, 2011

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Capa:
Iberê Camargo, Solidão.
OST - 200 x 400 cm - 1994
Coleção Maria Camargo

Equipe Técnica:
Henrique da Silveira Sardinha Pinto Filho
André Yuji Pinheiro Uema
Fernanda Antunes Siqueira
Fernanda Leal Wanderley
Juliana Corrêa de Freitas
Luiza Castello Branco Pereira da Silva
Pablo de Rezende Saturnino Braga

Programação Visual e Diagramação:
Maurício Cardoso e Juliana Orem

Impresso no Brasil 2011

Seminário Internacional Geopolítica das Drogas (2010: Rio de Janeiro, RJ).
A geopolítica das drogas. / Seminário Internacional de Geopolítica das drogas. - Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.
76p.

ISBN: 978.85.7631.291-8

1. Narcóticos. 2. Narcotráfico. I. Seminário Internacional de Geopolítica das Drogas.

CDU 613.83

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

Sumário

Embaixador Jeronimo Moscardo, 9
Presidente da FUNAG

Embaixador Antonio Patriota, 9
Ministro Interino das Relações Exteriores e Secretário-Geral das Relações Exteriores

Ministro Jorge Armando Felix, 14
Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

Pedro Vieira Abramovay, 17
Secretário Nacional de Justiça

Felipe Cáceres, 19
Vice-Ministro de Defesa Social da Bolívia

Luiz Fernando Corrêa, 22
Diretor-Geral da Polícia Federal

General Paulo Roberto Yog de Miranda Uchôa, 25
Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

Embaixador Antonio José Ferreira Simões, 31
Subsecretário-Geral da América do Sul, Central e do Caribe (SGAS)

Deputada María Paula Romo Rodríguez, 34
Presidente da Comissão Nacional de Justiça do Equador

Rafael Pardo, 37
Ex-Ministro das Relações Exteriores e da Defesa da Colômbia

Alfredo Waldo Forti, 42
Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa da Argentina

Milton Romani Gerner, 44
Secretário Executivo da Junta Nacional de Drogas do Uruguai

Sandeep Chawla, 48
Diretor do UNODC

Ministra Virginia Toniatti, 51
Coordenadora-Geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais (COCIT/MRE)

Embaixador Júlio Cezar Zelner Gonçalves, 54
Embaixador do Brasil em Viena

José Manoel Bertolote, 58
Departamento de Neurologia, Psicologia e Psiquiatria
Faculdade de Medicina de Botucatu – UNESP

Ministro Jorge Armando Felix, 62
Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

Milton Lozano Rocabado, 64
Diretor-Geral de Defesa Social da Bolívia

Professor Darc Antonio da Luz Costa, 66
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, 68
Secretária Nacional Adjunta de Políticas Sobre Drogas – SENAD

Sandeep Chawla, 69
Diretor do UNODC

Pedro Vieira Abramovay, 71
Secretário Nacional de Justiça

Antonio de Aguiar Patriota, 73
Ministro Interino das Relações Exteriores e Secretário Geral das Relações Exteriores

A Geopolítica das Drogas

Embaixador Jeronimo Moscardo – Presidente da FUNAG

Muito bom dia a todos! A Fundação Alexandre Gusmão tem um grande prazer hoje de participar do Seminário Geopolítica das Drogas. Trata-se de uma iniciativa do Ministério das Relações Exteriores, apoiada pelo Ministério da Justiça e pelo Ministro Jorge Armando Felix, da Presidência da República. É algo extremamente importante a preparação de textos. É uma reunião não para fazer propaganda, mas um encontro para pensar. O anfitrião de hoje é o Ministro de Estado interino, Antonio de Aguiar Patriota, a quem passo a palavra.

Antonio de Aguiar Patriota – Ministro Interino das Relações Exteriores e Secretário-Geral das Relações Exteriores

Bom dia a todos! Acho que o meu bom dia não é tão eloquente como o do Embaixador Jeronimo, mas não menos sincero. Queria dar as boas-vindas a todos aqui ao Palácio do Itamaraty do Rio, agradecer muito a presença do Ministro Jorge Armando Felix, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que é um dos nossos parceiros na organização deste seminário. O Ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, pede para desculpar-se, pois teve um contratempo e não pôde comparecer, mas o

Ministério da Justiça está presente aqui por intermédio de outros especialistas. Esperamos o Doutor Pedro Abramovay, que ainda não chegou, mas vai chegar e poderá cobrir esse seguimento, e, sobretudo, agradecer ao Embaixador Jeronimo e seus assessores pela organização, e a todos os demais colegas do Itamaraty que ajudaram a organizar um seminário que responde a uma diretriz, uma ideia do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Ele não está hoje conosco, está em Havana a caminho da Assembleia Geral das Nações Unidas, mas foi quem solicitou à FUNAG e teve a ideia de um seminário para que possamos elevar o grau de conscientização, na verdade, da gravidade de um problema que nos afeta a todos como governo, como sociedade, como indivíduos, e afeta diferentes seguimentos do governo e a sociedade civil de forma geral.

O tema é de importância crucial. O flagelo das drogas não discrimina nem por país nem por classe social. Temos aqui também o vice-ministro da Bolívia, que representa um país irmão com o qual compartilhamos também este desafio de fazer face à questão das drogas. Temos, ainda, o representante da Colômbia – não sei se já está conosco – o senhor Rafael Pardo, que poderá depois comentar um pouco a situação em outro país vizinho. Gostaria de saudar o Embaixador Antônio Simões, Subsecretário de América Latina, que falará da perspectiva regional e Júlio Zelner, o nosso Embaixador junto à UNODC, agência que está representada também pelo Doutor Sandeep Chawla e pelo representante em Brasília, o nosso colega Bo Mathiasen. Como eu dizia, a droga destrói vidas e famílias, ameaça a segurança de nossas cidades, gera instabilidade e violência. É nosso dever como governo e como sociedade seguirmos empenhados e de forma crescentemente coordenada no combate a esse que é um dos mais graves desafios com que nos defrontamos na atualidade. E a ideia chave para nós é a cooperação. Sabemos que o problema mundial das drogas – para usar expressão já consagrada no plano internacional – inclui não apenas o narcotráfico, mas também outras atividades conexas, como o tráfico de armas e a lavagem de dinheiro. Estes são os vários componentes do fenômeno transnacional e multidisciplinar. Multidisciplinar por exigir, em sua essência, ações de naturezas distintas, seja para redução da demanda, seja para repressão da oferta de droga. Não há como dissociar essas duas vertentes e é por essa razão que o Brasil, ao reconhecer o caráter global dos problemas das drogas, utiliza o Princípio da Responsabilidade Compartilhada que engloba países produtores, de trânsito e consumidores.

O conceito de responsabilidade compartilhada é fundamental diante do caráter dinâmico da própria geopolítica das drogas, que se encontra em permanente e acelerada transformação. Países que antigamente serviam apenas de trânsito, aos pouco se tornam consumidores. Áreas tradicionalmente consumidoras, como a Europa, vêm se transformando em produtoras de drogas sintéticas, somando-se às regiões produtoras de cocaína na América do Sul e de heroína na Ásia Central. Rotas e métodos são constantemente alterados pelos criminosos, exigindo a permanente vigilância e cooperação entre as autoridades de nossos países. Aspectos relevantes dessa dinâmica estão espalhados nos relatório sobre os problemas das drogas divulgadas este ano pelo Escritório da ONU sobre Drogas e Crimes, a UNODC. Há sinais positivos, mas a evolução do tema continua a demandar grandes esforços. Segundo relatório, a produção de heroína diminuiu 13% em 2009 e a de cocaína caiu 16%. Houve um incremento de 23% nas apreensões de maconha entre 2006 e 2008 na América do Sul. A África Ocidental, que vinha ganhando um papel crescente como rota do narcotráfico entre 2004 e 2007, observou uma diminuição dessa atividade nos anos de 2008 e 2009.

Esses números, contudo, ainda são modestos quando se estima no documento da UNODC que entre 155 e 250 milhões de pessoas utilizaram substâncias ilícitas em 2008. Temos assim um fenômeno cujo combate exige os mais elevados níveis de cooperação entre países, no interior de países, onde as mais variadas agências de governo têm de coordenar entre si e com a sociedade. É uma tarefa complexa que pressupõe confiança e conhecimento mútuos, uma tarefa que exige a maior capacidade de diálogo que possamos mobilizar. Este esforço de mobilização está em curso e esse seminário é parte dele. Estamos reunidos justamente para dialogar e vamos fazê-lo com transparência e objetividade. De minha parte gostaria de compartilhar algumas ideias sobre a forma em que o Brasil se insere no debate. Estou rodeado de autoridades e especialistas na matéria, de modo que não pretendo me estender, mas tenho muito interesse sobretudo em ouvir. De qualquer forma, considero importante compartilhar alguns comentários que se relacionam à perspectiva da política externa.

O compromisso do governo brasileiro com o combate nacional das drogas é inequívoco. O Brasil é signatário de todas as convenções das Nações Unidas sobre entorpecentes, desempenha papel ativo em todos os fóruns globais e regionais em que o tema é tratado. Está sempre aberto a todas as formas de

cooperação e trabalha para promover no discurso e na prática de sua ação externa o que é seu objetivo interno: articular políticas públicas de repressão, prevenção e tratamento de forma equilibrada e não excludente. Com este espírito que o Brasil sediou na cidade de Salvador, entre 12 e 19 de abril de 2010, com a participação de mais de cem países, o *12º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Justiça Penal*. Aprovada pelo seguimento de alto nível no Congresso, a Declaração de Salvador sintetizou as preocupações da comunidade internacional com os grandes temas que compõem hoje a agenda da segurança pública, no momento em que a convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional completa dez anos.

O Congresso de Salvador fortaleceu a percepção de que é necessário estreitar e intensificar a cooperação internacional no combate aos ilícitos transnacionais e desenvolver formas inovadoras de enfrentamento dos desafios comuns, novos e emergentes que afetam o mundo desenvolvido e em desenvolvimento. Propiciou, igualmente, oportunidade ao Brasil de manifestar seus pontos de vista e experiências em termos de novos modelos e soluções, dentro da perspectiva dos países em desenvolvimento, para os grandes desafios globais. A ênfase da atuação brasileira no combate ao problema mundial das drogas, como não poderia deixar de ser, é a América do Sul, nosso entorno imediato, ao mesmo tempo em que se engaja em esforços de alcance multilateral, global. Procuramos construir com nossos vizinhos, a partir de uma perspectiva regional própria, redes de cooperação e, com o tempo, delinear as especificidades de cada país e de cada situação. Já aprendemos que fazemos mais e melhor quando agimos em conjunto.

O MERCOSUL e a UNASUL nos ensinaram e nos ensinam a cada dia o valor da integração nas mais diversas áreas, e o combate aos problemas das drogas, particularmente no tocante ao crime organizado, é certamente uma delas. Como costuma dizer o ministro Celso Amorim, se não nos integramos pela cooperação, pelo comércio, pelo diálogo, pelo turismo, pelo intercâmbio acadêmico, corremos o risco de nos integrarmos pelo crime organizado, pelo narcotráfico, pelos ilícitos. O Brasil firmou termos de cooperação com os países vizinhos, a exemplo da Bolívia e do Paraguai, ao amparo dos quais vem sendo desenvolvidas ações conjuntas de enfrentamento ao problema mundial das drogas. Merece destaque o programa de cooperação entre o departamento de Policia Federal do Ministério da Justiça e a Secretaria Nacional Anti- Drogas do Paraguai,

assinado em 2009 e renovado em 2010, o qual tem viabilizado com expressivos resultados a realização de operações conjuntas para erradicação do cultivo da maconha em solo paraguaio.

A cooperação bilateral no enfrentamento ao problema mundial das drogas e delitos conexos dá-se ainda por meios da realização de reuniões de comissões mistas com países como Colômbia, Paraguai, Peru, Bolívia, Guiana, Suriname e Moçambique. No âmbito do MERCOSUL, diferentes mecanismos tratam da questão. O tema é constantemente tratado nas reuniões de ministros da justiça do MERCOSUL, realizadas com regularidade desde 1994 com o objetivo de desenvolver a cooperação jurídica entre os Estados-membros. Amplia-se o intercâmbio de informações entre os órgãos nacionais, permitindo, por exemplo, a coordenação em operações contra o narcotráfico. O Brasil também participa ativamente da reunião especializada de autoridades de aplicação em matérias de drogas, prevenção do seu uso indevido e reabilitação de dependentes. A próxima edição dessa reunião será realizada em Brasília nos dias 29 e 30 de novembro próximo.

Na UNASUL, por sua vez, estamos sedimentando um espaço institucional no qual o diálogo e a cooperação se vão arraigando. Procuramos dar vida a mecanismos político-diplomáticos que aprofundam os contatos entre nossos governos e impulsionam e sistematizam as atividades conjuntas de nossas agências para o combate aos ilícitos transnacionais. Nesse panorama, o Conselho Sul-Americano sobre o Problema Mundial das Drogas ocupa um lugar de destaque, como poderá depois elaborar mais o Embaixador Antônio Simões, aqui conosco. A criação do conselho é um passo significativo no processo de consolidação do espaço institucional de diálogo e cooperação a que me refiro e, no estágio atual, estamos trabalhando, os doze membros da UNASUL, na elaboração de um plano de ação para a nova instância. Nossa prioridade vem sendo privilegiar uma abordagem pragmática que nos leve a um documento operacional que possa produzir resultados concretos para todos.

Para dar início aos nossos trabalhos de hoje, gostaria de convidar os representantes de governo e da sociedade civil que nos honram com sua participação, afinar diagnósticos e debater políticas públicas no que se refere à geopolítica das drogas. Solicitarei ao Ministro Jorge Armando Felix para me suceder no uso da palavra. Em seguida, darei a palavra ao vice-ministro da Bolívia, para intervenções iniciais. Depois, a ideia é que na primeira rodada cada um dos convidados à mesa pronuncie breves intervenções, idealmente entre três e cinco minutos, para apresentar os termos da discussão. Depois,

continuaríamos com o nosso debate dando a palavra a quem a peça, sempre com intervenções relativamente breves para garantirmos um formato livre e flexível.

Concluiria, então, essas breves palavras reforçando essa ideia, aliás, que me foi transmitida outro dia pelo general Uchôa, aqui conosco também, e atribuída ao presidente Lula quando ele dizia que o problema das drogas não é um problema de política externa, é também um problema de política externa, ou não é um problema de justiça, é também um problema da justiça, não é um problema econômico, é também um problema econômico, e assim por diante, de modo que é um problema transversal que envolve várias áreas do governo e também, por outro lado, pode ser considerado um problema moral, um problema político, um problema econômico, um problema social. Estamos descobrindo também que é um problema cultural em certa medida, de modo que a complexidade do tema pode até chegar a nos assustar. Mas reunimo-nos, e esta é a minha reflexão conclusiva, em um momento em que aqui, na América do Sul, todos nos caracterizamos pelo regime democrático, sociedades que estão desenvolvendo modelos próprios autônomos de desenvolvimento econômico-social, que estão encontrando o caminho da prosperidade, uma prosperidade crescente. Este ano, as economias do MERCOSUL crescerão em torno de 7%, a média latino-americana será em torno de 5%, de modo que acredito que o desafio do combate às drogas e do flagelo que ela representa é um desafio que podemos superar. Podemos superar individualmente, em nossos municípios, em nossos estados, em nossos países, mas também na América do Sul, e superar com crescente cooperação. O caminho da cooperação é um caminho sem volta, é o caminho que precisamos trilhar de maneira cada vez mais eficaz. Muito obrigado pela atenção. Passo a palavra então ao Ministro Armando Felix.

Ministro Jorge Armando Felix – Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

Muito obrigado! Há alguns anos, quinze, vinte, não mais do que isso, olhávamos para o nosso país e achávamos que éramos apenas um país de passagem de drogas. As drogas eram produzidas do lado dos Andes, à época, naqueles ainda distantes países vizinhos, passavam pelo nosso território e iam para o norte, América do Norte, para o leste e Europa. Achávamos que éramos apenas um país de trânsito. A realidade que não percebemos é que

toda a logística necessária a essa passagem pelo Brasil era paga também com drogas. Para transformar estas drogas em dinheiro era necessário que se fosse criado um mercado para o seu consumo. E hoje estamos aqui reunidos para tratar de um problema que, de certa forma, também é consequência da nossa falta de visão nesses tempos passados.

Um fenômeno que é mundial, um fenômeno que constitui um desafio dos nossos tempos: o fenômeno das drogas. É com satisfação, pois, que na condição de Ministro Chefe de Segurança Institucional da Presidência da República e Presidente do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, os recebo juntamente com nosso anfitrião, o Embaixador Antonio Patriota, com o Secretário Nacional de Justiça, Pedro Abramovay, representando também o Ministro da Justiça, que no último momento não pôde comparecer para este importante evento sobre a geopolítica das drogas. Também uma palavra em agradecimento especial ao Embaixador Jeronimo Moscardo e a sua equipe responsável pela montagem e condução deste evento.

Para o governo brasileiro, é um privilegio receber autoridades especialistas de diversas partes do mundo e principalmente dos nossos vizinhos. Com a presença dos senhores este evento se apresenta como uma grande oportunidade de discussão, troca de ideias e de experiências a respeito de um tema complexo e sobre o qual temos todos nós responsabilidades e obrigações. Demais autoridades, acadêmicos, especialistas, participantes, amigos todos, bom dia e bem-vindos.

Não acabei não, é que eu comecei ao contrário. Deixei a saudação para o meio da apresentação. Falar de geopolítica pressupõe uma análise multidisciplinar que considera as relações entre processos políticos e as características geográficas, como localização, território, recursos nacionais, população, entre tantos, nas relações existentes entre Estados e sociedades. O problema mundial das drogas se caracteriza desde sempre como um relevante fator, influenciando, como causa e/ou efeito, fenômenos econômicos, sociais, culturais, ambientais e políticos, vivenciados por diversas sociedades, eu diria todas, ao redor do mundo. Na antiguidade, por exemplo, as drogas faziam parte do cotidiano das pessoas, usadas livremente em rituais religiosos e eventos culturais. Já mais tarde, na época da busca de colônias, substâncias como o ópio e a heroína foram largamente utilizadas, junto com as armas, como ferramentas de dominação de povos. Alguns desses povos tornaram-se dependentes da economia gerada pelo cultivo, produção e distribuição dessas drogas. Foi só em 1909, com a Conferência de Xangai, que algumas nações

decidiram pela política de proibição que, mais tarde, chancelada pelas Nações Unidas, deu origem ao sólido regime de controle de drogas que ainda hoje conhecemos.

Convém lembrar ainda do paradoxo existente entre os potenciais benefícios do uso das drogas para os fins medicinal e terapêutico, possibilitando uma melhoria na qualidade de vida, na exploração do seu potencial econômico para a produção de fármacos, fibras têxteis, alimentos e etc. E os danos causados pelo consumo indevido de algumas dessas substâncias. A análise de diferentes períodos da história nos leva, portanto, a observar uma considerável diferença na contextualização do problema mundial das drogas, e é impossível não reconhecermos que a variedade de aspectos, como, por exemplo, a aceitação social do consumo e o status legal de algumas dessas substâncias, causam impacto direto na abordagem a ser dispensada a essa questão.

Mas gostaria de me ater um pouco mais à atualidade, fazendo referência ao nosso entendimento do problema mundial das drogas nos dias de hoje. Com a implementação da política de repressão que perdurou no último século, política esta que logrou manter o consumo estável, porém a um custo bastante elevado, principalmente devido aos efeitos colaterais decorrentes, a comunidade internacional hoje entende que há necessidade de maior equilíbrio entre as ações de redução da oferta e de redução da demanda de drogas. A prevenção surge assim como uma estratégia central, não de combate, mas de conscientização para que a sociedade possa contextualizar a questão em seu momento histórico, decidindo ela pelas melhores formas de abordagem. No entanto, mesmo que as estratégias de redução da oferta da demanda estejam fortalecidas e integradas, o atual problema mundial das drogas continua a figurar como um desafio para todas as nações, influenciado principalmente por outro fenômeno, que é o da globalização. É inevitável reconhecer que o narcotráfico aproveitou-se do dinamismo conferido às relações contemporâneas para expandir e solidificar suas operações.

O tráfico de drogas não mais atua isoladamente, mas sim como parte de sofisticadas organizações criminosas. Estas, por sua vez, utilizam de uma vasta gama de ilícitos, lavagem de dinheiro, tráfico de armas, tráfico de pessoas, entre outros, para consecução de seus objetivos. Não há duvidas de que a globalização, a política de guerras contra as drogas e a especialização das organizações criminosas estão entre os fatores que levaram ao desaparecimento da divisão que existia entre países produtores, consumidores e de trânsito de drogas, fazendo com que a estratégia de abordagem do

problema passe obrigatoriamente pelo princípio da responsabilidade compartilhada. E é na perspectiva da responsabilidade compartilhada que, acreditamos, devam ocorrer então nossas discussões, pois as drogas, como sabemos, estão presentes em todas as nações e não existe um país que possa dizer-se livre da problemática gerada pelo cultivo, produção, consumo, comércio e tráfico dessas substâncias. Estaremos aqui, a partir de agora então, todos nós abertos, discutindo com a máxima franqueza, todos aqueles aspectos mais ou menos detalhados, mais objetivos, menos objetivos, que envolvem esse fenômeno das drogas. Um bom trabalho para todos nós e muito obrigado.

Antonio de Aguiar Patriota – Ministro Interino das Relações Exteriores e Secretário-Geral das Relações Exteriores

Muito obrigado, General Armando Felix. Tinha combinado no início de passar a palavra ao vice-ministro de Defesa Social da Bolívia, Dr. Felipe Cáceres, mas com a chegada do Pedro Abramovay, passemos a palavra a ele. Em seguida poderemos talvez passar para o Ministério da Justiça.

Pedro Vieira Abramovay – Secretário Nacional de Justiça

Bom dia a todas e a todos! Em primeiro lugar, desculpem-me pelo atraso, deveria vir com o Ministro Luiz Paulo no avião, mas, como ele não pôde vir, tive de conseguir um voo na madrugada de hoje de Brasília para o Rio de Janeiro. Queria, em primeiro lugar, saudar e agradecer o Ministro Antonio Patriota pela possibilidade, pela disposição que o Itamaraty teve de organizar um evento como esse. Queria saudar o Ministro Felix pela presença e também pela abertura para discussão, e agradecer os Embaixadores Moscardo e Cardim pelo empenho na organização desse evento.

Esse evento, na minha opinião, tem uma importância tremenda para discussão do tema das drogas. O Brasil possui uma tradição muito antiga de discutir o tema das drogas e de políticas inovadoras na área de drogas. Mas no Brasil, em geral, a sociedade brasileira tem tradição de discutir o tema das drogas, como em muitos outros países, a partir da questão da saúde e da segurança, apesar de um esforço incansável do Itamaraty em todos os fóruns internacionais de discuti-lo. É muito raro encontrarmos, inclusive preparando a discussão desse seminário, estudos acadêmicos no Brasil sobre a questão

das drogas e seus efeitos geopolíticos, ou seja, a relação do tema de drogas e da política externa brasileira e da relação entre os países. Considero isso um defeito da discussão sobre drogas no Brasil, porque o tema de drogas, por sua essência, não pode ser discutido sem uma análise dos seus efeitos geopolíticos, dada a própria natureza e constituição do debate e do mercado de drogas no mundo.

O mercado de drogas sempre, a partir do momento que ele começa, surge com a integração comercial no mundo. O mercado de drogas é um mercado mundial e a existência do consumo de drogas em algum país passa pela existência de um tráfico internacional de drogas. Isso dito, desde que foi feita a opção da comunidade internacional pela proibição, como disse o ministro Felix, a partir da Conferência de Xangai em 1909, temos uma realidade de um mercado internacional, um tráfico internacional de drogas e um compromisso internacional pela proibição, ou seja, necessariamente há um potencial conflito entre países, pois existe um compromisso dos países em controlar estas substâncias e, mais recentemente, criminalizar algumas delas.

Além disso, boa parte dos conflitos internacionais nos últimos anos ou nas últimas décadas tem alguma relação com o tráfico internacional de drogas. O caso do Afeganistão recentemente no debate internacional aparece mais claramente. Grande parte dos conflitos entre países na América Latina, de alguma maneira, tem em si o tema das drogas como pano de fundo. Tanto do ponto de vista do debate de política externa hoje quanto do ponto de vista de uma solução para o tema das drogas, é impensável que se não discuta as duas coisas juntas.

A solução dos problemas das drogas a partir desta realidade nunca poderá surgir de políticas meramente nacionais. Somente a partir da cooperação internacional e a partir da construção de instituições fortes em cada um dos países, aptas a cooperar, aptas a fazer uso das mais avançadas tecnologias, tanto na área de segurança quanto na área de saúde, é que poderá se construir uma saída para este tema. No caso brasileiro, cada vez mais a política do Itamaraty, da Secretaria Nacional de Política Sobre Drogas e do Ministério da Justiça tem sido a de cooperação e aproximação com países para que possamos construir pontes com nossos vizinhos e as instituições de cada país possam produzir uma cooperação que nos ajude em uma solução pacífica para o tema das drogas.

Então, quando o Ministério da Justiça, o Gabinete de Segurança Institucional e Ministério de Relações Exteriores sentam e propõem um

seminário como esse, é uma decisão de criar cada vez mais um debate sólido no Brasil sobre como solucionar o tema, não passando apenas pela questão da saúde, pela questão da segurança, mas também pela cooperação dos vizinhos e dos países da comunidade internacional para construção de uma solução não violenta para o tema das drogas. Obrigado.

Antonio de Aguiar Patriota – Ministro Interino das Relações Exteriores e Secretário-Geral das Relações Exteriores

Queria agradecer ao Pedro Abramovay e, antes de passar a palavra agora sim ao nosso colega boliviano, saudar a presença aqui conosco de colegas da Colômbia, Dr. Rafael Cardo, do Uruguai, Dr. Milton Romani, e a Deputada Maria Paula Rodrigues, do Equador, que se associam a este debate que também tem esta dimensão sul-americana. Então, por favor, vice-ministro Cáceres.

Felipe Cáceres – Vice-Ministro de Defesa Social da Bolívia

Muchas gracias. Primero, saludar al Embajador Antonio Aguiar Patriota, Ministro de Estado de Relaciones Exteriores de Brasil, saludar nuestro Ministro Jorge Armando Félix, representante de la Presidencia, agradecer al embajador Jeronimo Moscardo, presidente de la Fundación Alexandre de Gusmão por hacer posible nuestra participación en este seminario sobre geopolíticas de drogas, saludar a todos embajadores presentes. Señoras y señores, para Bolivia nuestra visión con respecto a la geopolítica de drogas y sobre el debate de las políticas de drogas en el mundo, se comparte en un objetivo común: maximizar el bien estar social, medio ambiental, físico y psicológico. En Bolivia se entiende esto es vivir bien. Por otro lado, también, Bolivia como país productor de hojas de coca, catalogado en las Naciones Unidas como el tercer país mundial. Pero seguros de que nuestros gobiernos y nuestros pueblos estamos, yo afirmaría, obligados a generar en estas discusiones, en estas analices, para justamente proponer políticas coherentes a nuestras realidades de cada país, y de esta manera encontrar soluciones pacíficas que sean inherentes principalmente al respecto de los derechos humanos. Está muy claro para Bolivia respectar los convenios internacionales, pero también pedimos el reconocimiento en el contexto internacional, básicamente a Naciones Unidas, de cometer un error, yo diría, histórico contra la cultura de los bolivianos, basicamente de las culturas tupi-guaranís.

Es cierto que la convención de Viena de los años 1961 puso a la hoja de coca en su estado natural tipifica como simplemente droga o cocaína, y somos vistos, los productores de hoja de coca, como simples narcotraficantes. Por esta misma razón, es un marco de diálogo. Buscamos simplemente el reconocimiento de nuestra cultura ancestral, que significa las hojas de coca, porque tenemos esta cultura ancestral de eculicar, de masticar, y asegurarles de que 62.2% que somos la población boliviana simplemente nosotros somos vistos como cocainómanos, sino que gracias a esas hojas de coca pues el mundo originario boliviano por la falta de caminos, infraestructura de antemano, pues resistimos a caminadas largas simplemente el trabajo pesado en termo de la agricultura.

En Bolivia queremos entender de que la lucha contra las drogas no debe ser vista con una visión estrictamente guevarista. En Bolivia, en estos 5 años que llevamos adelante esta dura, complexa y delicada lucha contra las drogas, hemos experimentado de que no había sido importante una visión, reitero, simplemente coercitiva en cumplimiento de la ley, sino que había sido importante el diálogo, la consensuacion, buscar propuestas que sean de consenso y de esta manera en Bolivia reiteramos y asegurarles de que llevamos esta política de lucha contra las drogas de manera evidentemente cierta e asertiva en cumplimento de la ley, pero más una lucha inherente al tema de respecto de los derechos humanos.

Hay coca en mi país que van un problema ilegal. De acuerdo con informes, datos, sobre el monitorio del cultivo de coca, en mi país existe 30.900 hectáreas. La ley anterior boliviana solamente permite 12.000 hectáreas. Pero en el país mantenemos una lucha integral con lo respecto de los derechos humanos de que en Bolivia no se requieren más de 20.000 hectáreas ¿Qué significa eso? Que más de 11.000 hectáreas de cultivos de coca se deben erradicar de manera voluntaria, con dialogo, buscando consensos e profundizando el respecto de los derechos humanos. Lo estamos consiguiendo esto, reitero, sin violencia, en cumplimiento con los dispositivos de la ley, porque en el pasado esto fue funesto. Evidentemente en Bolivia en cumplimiento de las normas internacionales se plantaba coca cero ¿Qué significaba eso? Significaba terminar con la cultura boliviana y eso es imposible. Eso que no queremos reconocer en el contexto internacional. Por eso en Bolivia hacemos todos los esfuerzos necesarios de erradicar esa coca excedentaria para que no valla al problema ilegal, y en esto, reitero, tenemos resultados muy exitosos, en secuestro de droga, en erradicación de coca excedentaria, y aquí nuestro reconocimiento con

mucha humildad al gobierno de la República hermana de Brasil. Tenemos un convenio bilateral después de Estados Unidos, que es el primero país que nos coopera, económicamente ahora. En segundo lugar, por ser uno país limítrofe vecino, el Brasil se ha constituido en uno de los parceros que ustedes lo denominan que realmente les implican los resultados. Tenemos estos resultados a partir de 2008, cuando en Bolivia por una cuestión de dignidad y soberanía expulsamos a la DEA[1] americana para entonces habían menos secuestro de drogas en cuantidad, nunca habíamos descubierto ningún laboratorio de droga y nunca habían peces gordos. Desde que expulsamos la DEA, gracias a Dios y a la voluntad política de nuestros presidentes, al hermano Lula da Silva de Brasil y al hermano Evo Morales de Bolivia, que llegamos a un convenio bilateral dónde definitivamente a partir de 2008 adelante pone en día hay más incautación de droga sin la DEA.

Por primera vez en la historia de Bolivia han descubierto y han destruido laboratorios grandes de procesamiento de clorhidrato de cocaína, actualmente ahora hay más detenidos de narcotraficantes. Gracias a Dios todavía en Bolivia no existen carteles de droga pero si hay clanes familiares que tienen nexos con organizaciones criminales. El caso muy concreto, por ejemplo, acá con Brasil: el PCC de São Paulo y el *Comando Vermelho* de Rio de Janeiro. Datos y informaciones de inteligencia demuestran que hay conexiones. Todavía no hay presencia física de estas instituciones. Para terminar embajador, y mil disculpas por poco aprovechar el tiempo, yo con sus palabras, en sentido de que en este momento, más allá de nuestras miradas en el contexto del hemisferio, lo más importante es hacer una mirada regional. En Bolivia, estamos plenamente de acuerdo que las iniciativas y las propuestas políticas de solución no serán punto final, pero el tema de la problemática de las drogas es la regularización de la lucha contra el narcotráfico vía la UNASUR.

Para terminar, embajador muchas gracias por invitarnos por hacer partícipe de este seminario sobre la geopolítica de las drogas. En nuestros países, reitero más que todo esta voluntad política de hacer parte de esta discusión y de este análisis, de antemano en Bolivia estamos comprometidos a cumplir con estas especificas funciones y atribuciones en este marco de las lucha contra las drogas, pero reiterándolo siempre el tema de los derechos humanos. Muchas Gracías.

[1] DEA: agência antidrogas do EUA

Antonio de Aguiar Patriota – Ministro Interino das Relações Exteriores e Secretário-Geral das Relações Exteriores

Muchas gracias, vice-ministro, por sus palabras. Queria agora dar a palavra ao Dr. Luiz Fernando Corrêa, da Polícia Federal, que vem aqui também se associar ao nosso debate.

Luiz Fernando Corrêa – Diretor-Geral da Polícia Federal

Excelentíssimo senhor Embaixador Patriota, Ministro Felix, meu amigo Pedro, General Felix e General Uchôa, que conjuntamente no GSI articulam a política sobre drogas no Brasil. Em nome deles, gostaria de saudar a todos, as autoridades brasileiras aqui presentes e também saudar os convidados internacionais.

A questão de drogas, como sabemos, envolve uma política pública muito ampla que exige um debate constante da sociedade e deve ser balizada assim por vários princípios, dentre eles a observância plena dos direitos humanos. O desafio que enfrentamos hoje num mundo que se agrupa em blocos é desenvolver políticas regionais, considerando a soberania de cada país e como as capacidades instaladas nas distintas soberanias podem e devem contribuir para uma política regional.

Não há mais espaço para a omissão de países, transferindo responsabilidades para outros em razão de sua participação nessa cadeia de eventos do narcotráfico. Não existe mais espaço para dividir o mundo entre produtores e consumidores quando temos de elaborar políticas comuns. Isso causa um grande impacto nesse princípio basilar de qualquer política pública, por exemplo, da observância dos direitos humanos. Porque quando atribuímos a um país unicamente a responsabilidade pela mazela do narcotráfico, esse cidadão internacionalmente sofre restrições e acabam, em certa medida, o país e o cidadão sendo demonizados, com restrições, controles diferenciados no âmbito migratório. Se o mundo se agrupa em blocos e se persistir este princípio de dividir entre produtor e consumidor, os blocos tendem a ser colocados nessa mesma divisão. E nós, na América do Sul, estamos inseridos num bloco que é responsável pela produção quase da totalidade das drogas naturais.

O Brasil, e no que toca à Polícia Federal, observando as diretrizes, tem se manifestado por meio desse princípio de corresponsabilidade, de construir uma solução afastando essa dicotomia entre produtor e consumidor. Claro

que devemos entender que temos um mercado consumidor significativo e somos vizinhos de países produtores, agora, a folha de coca do dia para noite não se transforma em cloridrato de cocaína sem uma série de outros insumos que o Brasil e outros países têm em grande responsabilidade. Políticas públicas bem sucedidas interna e internacionalmente de controle de insumos têm causado sim efeito e impacto nessa cadeia produtiva, por exemplo, no caso da cocaína.

O que a Polícia Federal tem feito com cada um desses países vizinhos é estabelecer acordos bilaterais no âmbito policial, não acordos genéricos. São acordos em que temos prazos, metas e avaliação. Construídos com as duas soberanias, acompanhados pelos Ministérios de Relações Exteriores para que, em encontros como este, o Itamaraty tenha subsídios e também os países que estabelecem estes acordos com o Brasil tenham os dados resultantes desse esforço. A nossa visão é: não podemos simplesmente dizer que o Paraguai é um problema para o Brasil na questão da maconha, ou que Bolívia, Colômbia e Peru são problemas para nós em razão da cocaína. A visão nossa é como, conjuntamente, vamos enfrentar isso, inclusive no campo policial. E a nossa visão é do princípio de corresponsabilidade. Se lá produz, aqui consome, e se para obter um cloridrato de cocaína precisa de uma série de insumos, o Brasil também tem responsabilidade, produz isso e causou algumas alterações na cadeia produtiva, como eu dizia. De quinze anos para cá que se passou a controlar efetivamente os insumos, o perfil dos grandes laboratórios, nos países produtores, mudou porque qualquer cadeia produtiva, lícita e ilícita, requer o encontro de insumo e matéria-prima. Quando se cria alguma dificuldade para o insumo chegar até o encontro de origem da matéria-prima, a matéria-prima vem ao encontro desse insumo. Não é por acaso que no Brasil hoje chega mais e se apreende mais pasta base do que cloridrato pronto para consumo. Então, com esta visão de que não dá mais para atribuir a alguém e sim construir coletivamente, a Polícia Federal, além dos acordos, tem promovido eventos envolvendo juízes, fiscais, Ministério Público, policiais e parlamentares no esforço de compartilhar a construção de uma política ou de instrumentos de repressão adequados, mas também despertar em outros setores, não só da polícia, a necessidade de que precisamos, no mínimo, harmonizar a legislação de enfrentamento à criminalidade organizada.

Isso tudo com total respeito à soberania. Os nossos acordos bilaterais com cada um desses países parceiros é diferente, eles não seguem um modelo porque cada um tem a sua peculiaridade. Com o Paraguai, para citar um exemplo de pleno sucesso com indicadores positivos de resultado, além do

esforço de controle de fronteira, passamos a apoiar a política de erradicação paraguaia, pilotada pelo país vizinho, e nós simplesmente apoiamos. Isso através da nossa embaixada e acordos por dentro desse acordo bilateral de polícia. As reduções das áreas plantadas são significativas. Em 2009, foram erradicados mais de mil hectares. Isso impediu que duas mil e quatrocentas toneladas de maconha pronta para consumo chegassem ao Brasil. A mídia espontaneamente detectou falta do produto maconha, principalmente em São Paulo. O preço no mercado, tanto atacado quanto no varejo, disparou, demonstrando que deu resultado isso.

Além do esforço contínuo de articulação interna para que se combatam as organizações, é necessário que se trabalhe em parceria com a soberania vizinha do país produtor. Esse mesmo conceito estamos discutindo no âmbito policial, em fóruns como este, sempre, como eu disse, ao lado do Itamaraty, discutindo acordos, fomentando o debate, visando oferecer a capacidade instalada na soberania brasileira para de alguma forma ajudar cada país envolvido na sua parcela de responsabilidade nessa cadeia. E isso tem produzido a ambiência de um debate franco e desarmado entre esses países, com as polícias, passando pelo campo de transferência de experiência, treinamento, trocas de oficiais de ligação. Temos policiais no território boliviano, temos bolivianos em nossas bases de inteligências, isso vale com a Colômbia, com o Peru, com o Paraguai. Estamos em vias de assinar um acordo também com o Uruguai e com a Argentina, até porque, à medida que se aperta o controle na fronteira, a criminalidade organizada procura uma alternativa. Estão se tornando constantes apreensões significativas no sul do nosso país: em menos de dois meses foi apreendida uma tonelada já pronta para sair do Brasil via porto de Rio Grande. Isso é sinal de que as rotas mais tradicionais já são conhecidas. Eu até não gosto deste termo rota porque a criminalidade organizada sempre vai usar o caminho, o trajeto que for possível naquele momento. E quando o Estado decreta que tal área ou itinerário é rota, é porque já está conhecido demais até para ser usado. Mas a essência dessa mesa aqui, e é isso que queremos dizer, é que a Polícia Federal atua no total alinhamento com as políticas públicas sobre drogas, sabendo do seu papel na repressão à criminalidade organizada, com a consciência de que temos de trabalhar baseados na corresponsabilidade, o que vale para dentro do país também.

Hoje temos uma operação que, eu diria, é uma ação de governo na fronteira envolvendo desde as forças armadas às forças policiais, sem protagonismo e com resultados muito efetivos. Temos de ter a consciência de que fazemos parte de um sistema. Todo sistema tem de se complementar

dentro dos seus integrantes e distribuir as responsabilidades de forma complementar no âmbito da nossa estrutura federativa, com municípios, forças estaduais e forças federais, tendo papel muito importante no campo da prevenção e no combate à criminalidade mais estruturada do crime transnacional, o qual se aproveita das fragilidades momentâneas de um ou de outro Estado. O que cabe é a totalidade dos Estados reunidos complementar essas capacidades e, sem protagonismo, sem invasão de soberania, sem desrespeito às culturas, construírem esta visão de corresponsabilidade regional. Porque senão todo continente será taxado de um "narcocontinente" no futuro. Não existe responsabilidade deste ou daquele país, é de todos nós.

Esse é o grande desafio: de nós conciliarmos às questões culturais com uma demanda de enfrentamento à criminalidade. E é aqui, volto a dizer, que o nível de negociação e de articulação com as forças policiais com os países vizinhos, e como de resto também na África e uma cooperação intensa com outras áreas, é nesse sentido que estamos trabalhando e temos consciência do nosso papel neste processo. Então, estamos dispostos a colocar toda a nossa capacidade instalada na Polícia Federal, seja de pessoal ou de meios, para compartilhar isso com aquele país cuja polícia não tenha uma capacidade de investigação no mesmo nível. Estamos dispostos e já estamos fazendo isso passando o treinamento nos acordos, como eu disse que faz parte, e também trocando experiência entre as forças policiais desses países. Em resumo, a atuação da Polícia Federal se pauta no princípio de corresponsabilidade. Não há culpados nessa história, nós temos responsáveis, e cada um de nós tem uma parcela nessa cadeia de responsabilidade. Obrigado.

Antonio de Aguiar Patriota – Ministro Interino das Relações Exteriores e Secretário-Geral das Relações Exteriores

Muito Obrigado, Dr. Luiz Fernando Corrêa. Não sei se o General Uchôa gostaria de ficar com a palavra agora. Sim, então passo a palavra.

General Paulo Roberto Yog de Miranda Uchôa – Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

Bom dia a todos, em especial às autoridades participantes da mesa, senhores convidados, uma saudação especial ao nosso ministro, chefe do

Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, os representantes aqui do Ministério da Justiça, e aos nossos anfitriões, o senhor Embaixador Patriota, ministro interino das Relações Exteriores, e o Embaixador Moscardo responsável pela iniciativa deste evento. Evento por demais importante para todos nós, até mesmo pela escolha do nome do evento, geopolítica das drogas. Então entendemos a palavra "geo" como bastante importante. "Geo" de Geografia, e o nosso país, com a sua vasta dimensão territorial, faz fronteira com dez países, entre os quais figuram os maiores produtores de drogas, como é o caso da Colômbia, do Peru, da Bolívia e do Paraguai. Só com estes quatro países, já temos uma fronteira de mais de nove mil quilômetros, o que é muita extensão e, paralelamente a isso, um litoral também vastíssimo, de cerca de quatorze mil quilômetros, favorecendo não só a entrada como a saída da droga.

Então, quer queiramos quer não, o Brasil é um excelente país de trânsito para as drogas. Então, já foi dito aqui, essa conotação de país de trânsito já está superada pelo conceito de responsabilidade compartilhada, mas a gente tem de admitir que temos excelentes condições para entrada e saída da droga. Isso não é justificativa para qualquer falta de ação, pelo contrário, isso é um estimulo e temos no controle das fronteiras, já foi falado aqui pelo Diretor-Geral da nossa Polícia Federal, Dr. Luiz Fernando, o trabalho hercúleo que a nossa Polícia Federal faz através das suas operações bilaterais com todos estes países. Já foi mencionado aqui pelo próprio vice-ministro boliviano o trabalho brasileiro com a Bolívia, a mesma coisa com a Colômbia, o Peru, o Paraguai. Mas é também importante tomar os cuidados na saída da droga pelo nosso litoral, pelos nossos aeroportos.

O ministro Felix mencionou que dez, quinze anos atrás, estávamos um pouco inocente e servindo apenas de trânsito, sem estar consciente do grande mal que isso poderia estar nos trazendo. Pois bem, exatamente doze anos atrás, em 1998, aconteceu o que é uma data, um marco não só para o mundo como para o Brasil. Para o mundo porque aconteceu em 1998 uma seção especial na Assembleia Geral da ONU, em que foi tratado o problema de drogas e todos os países filiados à ONU acordaram com algumas declarações naquela ocasião em 1998. Uma delas, a declaração política em que ficou bem definido este conceito de responsabilidade compartilhada e também que o problema de país de trânsito, de consumidor e produtor deveria ser alterado, modificado para uma responsabilidade compartilhada. Em outra declaração, os países se comprometeram com a intensificação das ações relacionadas à

redução da demanda, uma vez que a tendência era tratar o problema de drogas somente com o combate ao tráfico, somente com a ideia, que acabou caindo por terra, de termos um mundo sem drogas. Então, 1998 para o mundo foi um marco especial, mas para o Brasil também. Por quê? Porque o Brasil até 1998 não tinha uma política de drogas, e a partir desta seção especial da ONU, o Brasil passou a ter a sua Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, na época Secretaria Nacional Antidrogas, que recebeu como primeira missão trabalhar para que o Brasil viesse a ter uma política nacional, na época também, antidrogas. E isso aconteceu em 1998, o primeiro fórum, essa política foi estabelecida pela sociedade através desse fórum, tanto foi que o presidente Lula, quando assumiu o governo em 2003, manteve essa política porque ele sabia que a política havia sido criada pela própria sociedade.

O presidente Lula manteve a política, realinhou esta política, realinhou com novos conceitos, inclusive ela deixou de ser antidrogas e passou a ser uma Política Nacional sobre Drogas. É uma política que foi realinhada através de fóruns regionais com a participação da sociedade brasileira. O tempo foi passando, a nossa legislação precisando também ser atualizada, um trabalho nos poderes executivo e legislativo levou a uma integração desses dois poderes para termos uma nova legislação na área de drogas. Esta legislação chegou em 2006. A nova lei de drogas foi um esforço do governo em uma atualização de uma legislação antiga e que pode estar ainda carecendo de alterações, modificações, mas já foi um grande passo à frente. Foi uma demonstração da necessidade da integração desses dois poderes, o executivo e o legislativo, nesses dois marcos legais importantíssimos para o nosso trabalho na área de drogas: a política nacional, que é um instrumento de governo, e a lei, que é um instrumento da sociedade.

Esses dois instrumentos, esses dois marcos legais estão perfeitamente entrosados entre si, a lei e a política – isso em 2006. Atualmente, o próprio Conselho Nacional de Política sobre Drogas, presidido pelo Ministro Felix, tem um grupo de trabalho, já com o esforço de buscar uma possibilidade de atualização nessa legislação que pode estar chamando a atenção para alguns pontos que precisem ser atualizados. Mas o fato é que há esse esforço permanente, até que em 2008 a ONU fez uma revisão daquelas suas declarações de 1998 e promoveu uma série de alterações, mas ela continua enfatizando a necessidade do equilíbrio das ações entre redução da demanda e redução da oferta. Algo que o Brasil vem se empenhando desde que foi criada a Secretaria Nacional de Política sobre Drogas. O Brasil vem

investindo no diagnóstico, ou seja, nos levantamentos para a obtenção de dados que possam contribuir para as políticas públicas afins do problema das drogas e também na esfera da capacitação das lideranças dos vários segmentos da sociedade. Já ultrapassamos as 100 mil lideranças tanto na área da educação, como na área dos agentes da saúde, como na área dos educadores, como na área dos conselheiros municipais. Então, temos a convicção de que há necessidade de que essas lideranças estejam também preparadas para atuar de forma integrada com vários níveis de governo: federal, estadual e municipal.

Em 2009, de certa forma, tivemos o Brasil reconhecido pelo Fórum de Drogas da Organização dos Estados Americanos, a OEA, que é a CICAD, que por unanimidade escolheu o Brasil para coordenar a atualização da estratégia hemisférica sobre drogas. O Brasil coordenou esse grupo de trabalho e hoje o hemisfério tem uma nova estratégia graças a esse trabalho. Acreditamos que seja um reconhecimento do que o Brasil vem realizando nessa área. Ainda em 2008 e 2009, o próprio Brasil já propôs o Conselho sobre Drogas da UNASUL. Há todo um trabalho visando o entendimento de que é um esforço que precisamos empreender de forma conjunta, como já foi dito aqui por várias autoridades que se pronunciaram. E finalmente, agora em 2010, quando estamos com uma responsabilidade muito grande, nós, do Gabinete de Segurança Institucional, aqui com o seu Ministro presente, o Ministério da Justiça, o Ministério da Saúde e o Ministério do Desenvolvimento Social, recebemos uma missão do senhor Presidente da República, uma missão para um plano de enfrentamento ao problema do crack. Não somente o crack, mas há outras drogas também, o que envolve uma consolidação de tudo aquilo que já vinha sendo feito de forma talvez segmentada, mas agora com uma integração indiscutível, com resultados que estão paulatinamente sendo consolidados, que é uma integração entre o Gabinete de Segurança Institucional, que coordena esse plano através da SENAD, com o Ministério da Justiça, com o Ministério da Saúde e com o Ministério do Desenvolvimento Social. Fora outros ministérios envolvidos também, participo inclusive do comitê gestor desse trabalho, mas em resumo são estes quatro ministérios que estão nessa liderança.

Chegamos, então, a um momento importante que mencionei aqui antes – da integração de dois poderes da República. Vocês estão lembrados que citei aqui a integração entre Poder Executivo e o Poder Legislativo no momento da confecção da legislação. E agora continuamos bastante integrados com o Poder Legislativo. Agora o Brasil passa a ser, no nosso

entender, na nossa visão, um dos poucos países que tem tão bem entrosado o trabalho dos seus três poderes. Falo aqui do Poder Judiciário. Então muito recentemente, com a presença do ministro Felix e com a presença do corregedor do Conselho Nacional de Justiça, tivemos o lançamento de um programa de capacitação para quinze mil juízes e aqueles especialistas que compõem as turmas dos juízes dos tribunais especiais, que, pela nova legislação, devem julgar o usuário de drogas, uma vez que o traficante fica sujeito ao julgamento da vara criminal.

Trata-se de um trabalho unido, um trabalho integrado com o Poder Executivo na capacitação dessas turmas para que possamos ter uma mesma linguagem, para que possamos ter as experiências desse Brasil gigantesco, no norte, no sul, no leste, no oeste, no interior, e essas experiências possam ser trazidas à baila, as boas práticas possam ser discutidas e possam, inclusive, colaborar para a possível atualização da legislação.

E, finalmente, para não me alongar muito, a nossa satisfação de ver o mundo acordar. Acordar depois de tantos e tantos anos do problema das drogas perseguindo, atrapalhando e trazendo preocupações gigantescas às famílias e aos governos. E eu digo acordar em que sentido? Acordar para aquilo que já foi mencionado aqui pelo nosso Embaixador Patriota, e palavras do Presidente Lula, de que o problema da droga não é um problema de saúde, é um problema também de saúde, não é um problema de relações exteriores, é também um problema de relações exteriores e assim por diante. Ou seja, acordar para o fato de que não é somente com a ação, no nosso caso, uma ação muito boa da Polícia Federal, mas não é somente no combate ao tráfico que vamos encontrar as soluções, como também não é somente dando um leito para cada dependente químico nesse país na área de saúde, não é esse o caminho.

O tratamento de apoio à saúde é indiscutivelmente fundamental, a mesma coisa com referência ao tráfico. Mas vejam, este é um universo que está ficando em foco, o universo do traficante e o universo do dependente químico. Mas existe um universo muito maior do que esses usuários, esses dependentes, até mesmo desses traficantes. O universo gigantesco que é a nossa juventude que não entrou ainda (e se Deus quiser não vai entrar) na problemática da droga. E é em cima dessas pessoas que o foco precisa estar voltado para que haja uma participação, não só do governo como também a participação da sociedade.

O foco é a sociedade, e o governo tem a obrigação, em nosso entender, de proporcionar à sociedade as melhores condições para ela cumprir o seu

papel. Porque um jovem não vai entender e não vai acreditar, possivelmente, naquilo que um Delegado da Polícia Federal, naquilo que um Secretário Nacional, naquilo que um Embaixador, naquilo que as autoridades constituídas estejam falando para ele. Ele vai acreditar no pai dele, ele vai acreditar no professor dele, no educador, vai acreditar no padre, no pastor, no líder espiritual da família, ele vai acreditar nessas pessoas. Então é esse trabalho de preparação da sociedade para que ela participe de todo esse processo que nos faz ficar felizes e nos faz acordar, tanto é que fico feliz de ver os nossos irmãos do norte, os próprios norte-americanos, começarem agora a falar com bastante veemência a palavra comunidade, coisa que até então eles não mencionavam muito. Era o governo que fazia as coisas e a sociedade era beneficiada.

Agora é o entendimento, que temos há muito tempo, o entendimento de que a sociedade não deve ser somente beneficiada, ela deve ser participante. Claro que ela tem muito pouco o que fazer na área de repressão ao tráfico. A sociedade, as pessoas comuns têm muito pouco o que fazer na repressão ao tráfico. Tem muito pouco o que fazer na hora de tratar um dependente, o que é mais especifico na área de saúde. Mas, desde que os governos federal, estadual e municipal lhe proporcione condições, tem muito que fazer no sentido a preparar o nosso jovem para dar uma resposta madura, uma resposta consciente, uma resposta informada, uma resposta sem receios, sem medo de se ele quer ou não quer usar a droga. Muito obrigado.

Antonio de Aguiar Patriota – Ministro Interino das Relações Exteriores e Secretário-Geral das Relações Exteriores

Muito Obrigado, General Uchôa. Damos as boas-vindas ao ex-ministro das Relações Exteriores da Colômbia, Dr. Rafael Cardoso, que eu havia me equivocado há poucos instantes achando que ele havia chegado, e também ao Secretário de Assuntos Internacionais da Argentina, Alfredo Fortes, que completam aqui os participantes dos países vizinhos. Tivemos intervenções aqui deste lado da mesa e, antes de dar a palavra ao Subsecretário de Assuntos Latino-Americanos do Itamaraty, o Embaixador Simões, para benefício também de nossos convidados estrangeiros e outros, gostaria de mencionar que o Itamaraty está aqui hoje representado não apenas pelo Embaixador Moscardo e Cardim, eu mesmo do lado de cá, mas também pelo ex-Secretário-Geral do Itamaraty, ex-Secretário-Geral da OEA, o Embaixador Baena Soares, que nos honra muito com a sua

presença, pelo nosso Embaixador junto à UNODC em Viena, Júlio Zelner, pela Ministra Virginia Toniatti que também tem o olhar, digamos assim, temático da questão dos ilícitos e das drogas no Itamaraty. Mas em linha com a nossa preocupação em assumirmos uma responsabilidade que sem dúvida é compartilhada, e é corresponsabilidade com ênfase aqui em nossa região, creio que é particularmente relevante que tenhamos conosco o Subsecretário para a região Latino Americana, e mais especificamente em nosso contexto de hoje na América do Sul, de modo que dou a palavra então ao Embaixador Simões.

Embaixador Antonio José Ferreira Simões – Subsecretário-Geral da América do Sul, Central e do Caribe (SGAS)

Muito obrigado, Embaixador Patriota, Ministro Interino das Relações Exteriores. Gostaria, antes de mais nada, de saudar a todos aqui, os membros da mesa, os colegas que estão aqui discutindo este tema muito importante. Creio que o fundamental nessa questão é ter um enfoque de que o problema aflige a todos e a solução também virá pelo apoio de todos. Não há como tratar este tema de forma isolada, também não há como tratar esse tema estabelecendo responsabilidades ou indicando quem está certo ou quem está errado. Acho que o mais importante é ter uma visão de conjunto, uma visão de todos. No âmbito da América do Sul, a criação da UNASUL, o tratado da UNASUL, que foi assinado há dois anos atrás, a criação do Conselho de Drogas, o Conselho sobre o Problema Mundial das Drogas, a aprovação do estatuto desse conselho, e, sobretudo, o trabalho para que se possa estabelecer um plano de ação para que a UNASUL possa trabalhar é algo extremamente importante. O que se trata aqui? Trata-se, sobretudo, de criar uma visão da América do Sul sobre o problema.

Um dos problemas mais graves nesta questão é que trabalhávamos a partir de uma visão trazida de fora, e esta visão era muito bem concebida em relação à realidade que não era a nossa, e quando ela vinha para cá, encontrava problemas, porque você não pode adaptar uma visão ou formas de ação de fora da região para a região. Não é possível, porque a realidade dos países é diferente, a realidade cultural dos países é diferente, a realidade econômica dos países é diferente, a realidade jurídica dos países é diferente. Então, qual é o papel da UNASUL, qual é o papel do Conselho sobre o problema mundial das drogas da UNASUL? É criar uma visão da América do Sul, uma visão nossa.

De onde virá esta visão? Virá da responsabilidade compartilhada, o primeiro princípio, o princípio básico. A outra visão é a visão de que temos de trabalhar de forma integrada, temos de integrar todas as formas de tratamento do assunto. Então para que a gente enfrente esse problema temos de enfrentá-lo também de forma integrada. Temos de enfrentar a demanda, temos de enfrentar a produção, o tráfico, a distribuição, a lavagem de ativos e delitos conexos. È preciso trabalhar em todos esses âmbitos e, para cada um desses âmbitos, usar um instrumental que já existe. Não vamos trabalhar a partir do nada, vamos criar e utilizar instrumentos que já existem, porém trabalhar com uma visão nossa da região.

Nesse sentido, acho que há um aspecto muito importante que precisamos verificar: precisamos, ao olhar para este assunto, não olhar apenas a realidade de, digamos assim, do problema, de onde vem a droga. Precisamos olhar também o que faz esse sistema existir. Por exemplo, toda questão do tráfico de armas, de armas leves, toda a questão de fluxos financeiros, tudo isso é extremante importante, porque sem controlar esses elementos é muito difícil que possamos controlar o outro.

Outro elemento também muito importante para analisarmos é o seguinte: por que existem as drogas? Por várias razões. Destaco a motivação econômica e as razões culturais que, particularmente, não estão ligadas às drogas, estão ligadas à cultura tradicional e elementos que podem bem levar às drogas. Agora, porque o agricultor vai plantar mais folhas do que precisa? Porque ele fará isso? Ele fará isso porque ele não pode plantar outra coisa, porque ele não tem mercado para outra coisa. Então precisamos também criar um mercado consumidor para produtos agrícolas vindos desses países. E aí entra uma questão muito importante, precisamos também acabar com os subsídios agrícolas, porque os subsídios agrícolas tiram o mercado para estes produtos. Se houvesse mercado no caso, por exemplo, da Colômbia que tem flores tão lindas, se tivéssemos mais mercados para flores talvez não houvesse muito mercado para outra flor que é a de papoula e já é uma ameaça.

Então esse problema está sim ligado, agora não se trata aqui de estabelecer responsabilidades, trata-se de trabalhar em conjunto. O Brasil tem procurado trabalhar em conjunto com seus vizinhos no sentido de criar mercado interno para produtos dos seus vizinhos. Nós, por exemplo, acabamos de aprovar no MERCOSUL uma decisão para criar mercado no Brasil para produtos têxteis que venham da Bolívia. Isso é extremamente importante, porque há

evidentemente uma dimensão econômica do problema. A droga gera uma economia da droga muito grande, não só nos países produtores como nos países consumidores também, pelos fluxos financeiros. Precisamos pensar esse assunto dentro dessa visão.

Queria terminar só dizendo que tenho a certeza de que esse ponto é um dos pontos mais importantes da UNASUL. A UNASUL é uma organização jovem, mas que tem, por exemplo, no seu Conselho de Defesa uma área muito importante, um Conselho de Saúde, outra área que avançou muito. Hoje a gente já está trabalhando para comprar vacinas em conjunto, comprar medicamentos em conjunto, produzir para a região medicamentos de que precisamos. Mas essa área aqui é uma área fundamental, e acho que é uma área fundamental inclusive para que os próprios presidentes possam, numa próxima cúpula, tratar um pouco esse assunto também.

É algo fundamental, sobretudo para que possamos consolidar uma visão da América do Sul desse problema. Uma visão que não tenha divisões, uma visão que respeite a cultura tradicional, mas uma visão que seja muito dura, que seja muito firme no combate a um problema com grande efeito destruidor nos lugares onde ele se instala. Mas tenho certeza que dentro dessa visão da América do Sul vamos encontrar uma saída definitiva para um problema que é muito importante. Obrigado.

Antonio de Aguiar Patriota – Ministro Interino das Relações Exteriores e Secretário-Geral das Relações Exteriores

Só completando a intervenção do Embaixador Simões, é claro que a ideia de uma estratégia sub-regional, sul-americana não impede que estejamos atentos, por exemplo, aos desafios da África, onde também há uma problemática muito preocupante ligada ao tráfico e países extremamente vulneráveis como Guiné-Bissau, alguns outros, na costa da África Ocidental, Guine-Conacri, onde o problema adquire uma dimensão de segurança e ameaça se transformar em um veículo para uma grave instabilidade regional, e assim por diante. Enfim, a partir de uma discussão mais aprofundada na América do Sul, é importante estabelecer também parcerias com outras regiões e interligar tudo isso no plano multilateral nas Nações Unidas, aqui representada através da UNODC. Talvez agora podemos abrir um pouco o debate aos nossos convidados da região e, observando um pouco a questão de equilíbrio de gênero, dou a palavra para nossa colega do Equador, a deputada Maria Paula.

Deputada María Paula Romo Rodríguez – Presidente da Comissão Nacional de Justiça do Equador

Buenos días. Quiero empezar también agradeciendo la invitación y paso a algunos puntos que creo que pueden colaborar en el debate. Voy a evitar repetir asuntos que han sido expuestos y en cuyo enfoque creo que coincidimos. Y ojalá, desde algunos datos de la experiencia ecuatoriana puede aportar nuevos elementos para el análisis en este debate, digo nuevos en relación a lo que hasta el momento hemos conversado. Pero creo que esta es una conversación, un debate que en todos nuestros países lleva ya muchos años. El Ecuador es signatario de todas las convenciones de Naciones Unidas sobre los temas de tráfico de substancias estupefacientes, y en el Ecuador la ley que existe, la que hoy está vigente, fue aprobada en 1987 con un muy fuerte impulso político de la embajada de los Estados Unidos de Norte América. Esa ley, que está vigente hasta hoy, establecía penas máximas de 25 años de cárcel por tráfico de substancias estupefacientes y psicotrópicas, mientras las leyes nacionales daban penas de 16 años por homicidio. La desproporción en el sistema nacional frente al castigo y la valoración de unos y otros bienes jurídicos, y digo esto y hago este antecedente porque quiero decir que también la forma en la que hemos manejado la política de drogas en nuestros países ha afectado y distorsionado el funcionamiento de nuestros sistemas judiciales. En ese momento entonces la ley ecuatoriana daba penas de 16 años de cárcel para homicidio y 25 años de cárcel para tráfico de substancias estupefacientes y psicotrópicas. Ese se estableció en el nuevo tope luego las otras leyes fueron reformadas para igualar el teto de los 25 años. Hoy es equivalente traficar substancias estupefacientes y psicotrópicas que matar a una persona. La ley además establecía cosas, como que la prisión preventiva no caducaba. Tenemos casos de personas que han estado privadas de su libertad tres, cuatro o seis años y luego fueron encontradas inocentes por el sistema judicial. Creaba también esta ley, todavía está vigente y es la que funciona, una institucionalidad sobre la lucha contra las drogas que se prestaba para muchos otros abusos y arbitrariedades, por ejemplo en la administración de los bienes del Estado, los bienes que son incautados de los supuestos narcotraficantes, mientras se determina la culpabilidad o no de los procesados, son utilizados por los funcionarios públicos. Creo que sobra argumentar la inconveniencia de que el fiscal general del Estado solicita oficialmente para su uso personal un *port* que ha sido decomisado, mientras el narcotraficante está siendo procesado. Y lo que les estoy diciendo es real y sucedió el año pasado.

Esta institucionalidad además está autorizada por la ley a cobrarle a la persona que ha sido procesada, por ejemplo, si una persona ha tenido un proceso penal de cinco o seis años para determinar si ha violado la ley de estupefacientes y durante sus años le ha sido decomisado, le ha sido embargada su empresa, su casa, sus autos y luego de ocho años resulta que es inocente. El Estado no sólo tiene serias dificultades para devolverle los bienes sino que además varias veces ha pretendido cobrarle un costo por la administración o el almacenamiento. Entonces creo que además que la institucionalidad que estas leyes han creado en el combate contra las drogas tiene serios problemas, arbitrariedades, abusos, y en ambos casos, en relación a la ley y las normas y en relación a la institucionalidad de la lucha contra las drogas, el Ecuador tiene sentencias en cuentra de la corte interamericana de derechos humanos, en que, además de otra sanciones, se ha recomendado al Ecuador la reforma de la ley de substancias estupefacientes y psicotrópicas.

Con este antecedente quiero pasar a un momento de quiebre, probablemente, en lo que ha significado la política de la lucha contra las drogas en el Ecuador. Tal vez ustedes conocen, hace un par de años, el Ecuador convocó una Asamblea Nacional Constituyente, hicimos una nueva constitución, tuve el privilegio de ser parte de la Asamblea Constituyente en ese momento también, y la nueva constitución tiene un artículo respecto de este tema. Un artículo que dice las adicciones serán tratadas como un asunto de salud pública. Eso provocó y se convirtió en uno de los puntos más fuertes en la campaña para el referéndum en contra de la constitución. Los sectores más conservadores y los sectores de derecha identificaron en ese artículo que decía "las adicciones son un problema de salud pública", identificaron ahí supuestamente una posición política del gobierno como una posición pró-drogas. Sumado a que en la asamblea constituyente tomamos una decisión que ha tenido gran impacto en el sistema carcelario y en el sistema judicial en el Ecuador. En la asamblea constituyente tomamos la decisión de hacer un indulto general para las personas que estaban pagando penas por violar la ley de substancias estupefacientes y psicotrópicas pero que habían sido encontradas con menos de dos quilos de estas substancias. El indulto no conmutó las penas, es decir no perdonó la cárcel, solamente rebajó los años de cárcel, porque teníamos casos de personas encontradas con 14 gramos de marihuana y sentenciadas a 16 años de cárcel. El 80% de la ocupación carcelaria femenina eran pequeñas traficantes de drogas, y creo que este es el otro tema que debemos aportar al debate, la feminización del problema. El

80% de quienes estaban privadas de la libertad en las cárceles de mujeres eran mujeres que habían sido encontradas con pequeñas cantidades de drogas. La decisión del indulto fue tomada hace un año y medio, y la reincidencia en estos casos ha sido menor al 0.5%.. Y aquí, además del tema de la feminización, quiero regresar al tema de la función judicial.

Tenemos una función judicial, un aparato de justicia dedicado básicamente a resolver estos sencillos problemas ¿Y porque digo sencillos problemas? Porque no son los grandes traficantes los que están presos, porque no están presos quienes manejan, administran o son funcionales desde altos cargos al delito de tráfico de drogas o los delitos que están conectados con ellos, sino que son sentenciadas aquellas personas que además procesarlas, es muy sencillo porque son encontradas junto con la prueba, porque tienen en su maleta, en sus bolsillos, en su equipaje una cantidad insignificante, frente a la magnitud del problema, una cantidad insignificante de substancias estupefacientes.

El relator de las Naciones Unidas para Desapariciones Forzadas acaba de hacer hace dos meses un informe sobre el sistema judicial del Ecuador, y una de las cosas que alarma, y lo cito a él como fuente, pero no es que no sepamos del problema, es el dato sobre impunidad en delitos contra la vida. Se calcula que más o menos el 1% de los asesinatos son procesados y sentenciados en el sistema judicial ecuatoriano. Uno de cada cien asesinatos recibe sentencia, mientras tanto las caréceles ecuatorianas están llenas de pequeños traficantes y probablemente consumidores de substancias estupefacientes y psicotrópicas. En el caso de las cárceles de hombres, en el caso de las cárceles masculinas la ocupación por estos temas es de 47%. El tema entonces tiene muchas otras aristas, y quiero terminar con una reflexión respecto de los desafíos y la geopolítica de las drogas.

Y es que el actual debate, el de la Comisión Interamericana sobre el tema de drogas, que probablemente causó conmoción, donde estaban 3 ex-presidentes de la región, el ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, el ex-presidente de Colombia y el ex-presidente Zedillo de México. Este informe precisamente planteaba la necesidad de cambiar el enfoque en la discusión sobre el tema de las drogas. Lo ha hecho el ex-presidente español Felipe González hace dos o tres días sumándose a las observaciones del informe. Y varios sectores de la prensa con gran suspicacia decían "¿porque será que estas cosas sólo las pueden decir cuando son ex-presidentes?" Y creo que ese es probablemente uno de los desafíos más grandes de la geopolítica.

Este debate debe ser impulsado desde la comunidad internacional porque los costos políticos del que debate sea impulsado internamente desde un solo sector, o solamente desde un país o sus representantes, son tan altos que no vamos a tener la fuerza suficiente para tomar. Ese, me atrevo a plantear, es el desafío más grande de la geopolítica para tratar el tema. Debe ser impulsado desde foros internacionales, desde la comunidad internacional, probablemente desde las propias Naciones Unidas, haciendo una revisión sobre los resultados de sus convenciones, pero es muy difícil que este debate pueda abordarse y cambiar de enfoque desde el espacio nacional.

Antonio de Aguiar Patriota – Ministro Interino das Relações Exteriores e Secretário-Geral das Relações Exteriores

Muito obrigado à deputada Maria Paula. A abordagem dela me faz pensar na importância de um tema também levantado pelo Luiz Fernando Corrêa, que é o da harmonização das legislações e das normas penais dos nossos países, que, por sinal, é um dos objetivos específicos do estatuto do Conselho de Combate ao Problema Mundial das Drogas da UNASUL. Talvez seja uma das áreas que precisemos realmente aprofundar em uma discussão e começar a trabalhar levando em consideração experiências diferentes, os resultados das diferentes experiências, inclusive essas distorções perversas que a deputada mencionava agora. Não comentarei esta questão da participação de ex-presidentes em certas discussões estratégicas, isso é um debate muito acirrado aqui no Brasil inclusive, mas sem dúvida, esse documento apresentado pelos ex-presidentes do Brasil, Colômbia e México teve um impacto. Continuando aqui com os nossos colegas da região, passemos a palavra para o ex-ministro da Colômbia, Rafael Pardo.

Rafael Pardo – Ex-Ministro das Relações Exteriores e da Defesa da Colômbia

Muchas gracias por la invitación, muy complacido de estar en este encuentro y de estar en Rio de Janeiro. Para hablar de geopolítica de drogas, hago una referencia breve a mi experiencia personal. Yo fui Ministro de Defensa en Colombia hace 20 años, en momentos en los cuales el tema de drogas estaba dominado en Colombia por una extrema violencia de dos carteles de

drogas que amenazaban al Estado y la estabilidad del Estado desde la vía de la corrupción y desde la vía del terrorismo. Cuatro candidatos presidenciales fueron asesinados en un periodo de 3 años; más de mil jueces y la mitad de la corte suprema de justicia fueron asesinados en eventos terroristas; dos mil y más policías fueron asesinados, uno por uno, pagando el cartel de Medellín 2 mil dólares por cada policía asesinado; y Colombia tenía una amenaza a la estabilidad como no la ha tenido ningún otro país en la región.

En ese momento, el Estado colombiano enfrentó de manera concreta esta amenaza por la vía militar, por la vía judicial, por la vía política y por la política exterior. Para el año 94 y 95, el cartel de Medellín había dejado de existir, sus jefes estaban bajo rejas o habían sido dados de baja en enfrentamientos con el ejército y la policía, y el cartel de Cali había sido capturado por la policía y fue extraditado en los años siguientes. La geopolítica en eso momento era sencilla, dos países, Perú y Bolivia, producían el 90% de la hoja de coca y de la pasta de coca. En el territorio colombiano se procesaba el 100% de la pasta de coca y se transformaba en cocaína, y se exportaba desde territorio colombiano a Estados Unidos, controlado el acceso por estos dos carteles, porque eran carteles en el sentido económico, que controlaban acceso al mercado y Estados Unidos consumían 90% de la cocaína. Esto era la realidad hace 20 años. Hoy la realidad y el negocio de las drogas son distintos.

Estados Unidos o los consumidores de Estados Unidos consumen menos de la mitad de la cocaína que se produce. América Latina es el segundo consumidor de cocaína del globo. Europa el tercero. Desde México, desde donde se controlan el acceso al mercado de Estados Unidos y la multiplicidad de organizaciones y carteles es hoy infinita. Colombia siegue siendo el mayor productor de cocaína, es el mayor productor de hoja de coca, pero no es el país desde donde se controla el negocio y el mercado de drogas. Tenemos que mirar en que estamos, y estamos en un régimen internacional de prohibición que lleva cien años desde la Convención de Shanghái de 1909 está la comunidad internacional dentro de este régimen de prohibición en el cual, para hablar en términos sencillos, se establece que hay unas substancias cuyo consumo es nocivo o negativo para las personas. Por lo tanto, esas substancias son prohibidas y su uso, su manipulación y su tráfico es penalizado como un delito criminal. Ese es el régimen internacional que tiene un número incremental de tratados, tiene un sistema internacional en la junta de fiscalización de drogas, y tiene, consecuentemente, revisiones y adiciones en tratados. Pero el paradigma es el mismo. Hay unas substancias que son nocivas e esas

substancias se prohíbe su tráfico, consumo etc. Hay un conjunto de anomalías que se han venido presentando a ese paradigma.

La primera: no todas las substancias prohibidas deben estar prohibidas, y no todas substancias no prohibidas corresponden a la no prohibición. El énfasis en la prohibición es sobre las substancias de origen vegetal, no sobre substancias de origen químico. Si la prohibición no tiene que ver con el poder adictivo de las substancias, sino con el origen vegetal o no vegetal de las substancias. Lo segundo: no se consideran en esta prohibición usos religiosos o tradicionales, no es que eso sea, digamos, un tema que cambie el mercado internacional de drogas, pero simplemente para señalar una anomalía.

El régimen de prohibición tiene un énfasis específico en una teoría de cómo tratar el problema, que es la teoría que está detrás de la política antidrogas que ha seguido todos los países, particularmente Estados Unidos, Colombia también, y es que, afectando la oferta se eleva el precio al consumidor e se reduce la demanda, porque a un precio elevado el acceso a esas substancias es más difícil. Esa es una teoría que ha estado desde 1960 en la política norteamericana antidrogas. El hecho es que es una política en términos de economía no ha demostrado ser cierta. Mejor dicho, no hay comprobaciones de que afectando la oferta se afecta el precio final, porque el sistema de agregación de precios en la droga, para los que son economistas, es un sistema agregativo y no multiplicativo. Es decir lo mismo que en esta camisa que es de algodón el 5% del precio de la camisa es algodón, si duplicamos el precio del algodón la camisa no se duplica de precio. Eso pasa con la cocaína, si se hace un énfasis en control o erradicación de hoja de coca, y se duplica el precio de la hoja de coca eso no quiere decir que el precio del producto final de la cocaína se duplique. El precio de un quilo de hoja de coca en Colombia es más o menos mil dólares. El precio de un quilo de cocaína en las calles de ciudades norteamericanas es más de 100 mil dólares, y en ciudades europeas es 200 mil dólares.

Un gran esfuerzo de fumigación, de erradicación, de substitución de cultivos puede llevar a que esos mil dólares por quilo de hoja de coca pasen a 2 mil o a 3 mil. El precio final no va a ser 200 mil dólares por quilo si no sube lo que sube ese producto. Eso indica que es más efectiva una política que busque afectar en la cadena de tráfico no tanto el lugar de producción como donde más valor se agrega en el precio que es en el ingreso de la droga a los lugares donde se consumen. Es el ingreso a Europa, el ingreso a Estados Unidos, o el control del consumo en las ciudades latinoamericanas que son

una parte substancial y creciente del consumo de cocaína. Otra anomalía que hay que examinar: que la militarización es efectiva. Yo hablo por el Plan Colombia que fue efectivo durante los primeros 4 años en reducir la cantidad de cultivos en Colombia, pero llegó un momento en que se estancó, y más esfuerzos en fumigación de erradicación no han significado, digamos, reducciones proporcionales en la área del cultivo. Pero para hablar en extremo de que la militarización no es una alternativa efectiva siempre, miremos el caso de Afganistán. Afganistán es el país más militarizado del mundo, hay más de 100 mil soldados de la OTAN en Afganistán. Y desde que hay esos 100 mil soldados de la OTAN en Afganistán, el país pasó de producir el 2% de la heroína a producir el 85% de la heroína del mundo.

Podemos seguir mencionando anomalías, pero yo creo que la idea es plantear temas constructivos y fórmulas constructivas. El paradigma que lleva 100 años de prohibición hay que empezar a revisarlo, pero revisarlo de una manera que sea razonable desde el punta de vista de política internacional y de discusiones a nivel internacional. Este paradigma de prohibición tiene una esquizofrenia en su desarrollo. Buena parte de los consumidores de heroína, cocaína y marihuana del mundo viven en regímenes en los cuales no es ilegal consumir ni poseer doses de esas drogas. Quince estados de Estados Unidos permiten el uso, en distintas formas, de la marihuana. Buena parte de las ciudades europeas o de hecho, o por ley o de facto, tienen regímenes en los cuales no se penaliza a quien tiene una dosis mínima de cierto tipo de drogas. No hay uniformidad en qué tipo de drogas, no hay uniformidad en qué cuantidad, no hay uniformidad en qué tipo de alternativa, si ofrece a quienes tienen estas drogas ¿El hecho que es una esquizofrenia porque? Porque si una ciudad italiana determina que poseer determinada cantidad de cocaína no es delito, pero nunca se preguntan cómo llega esa cocaína o cómo llega la marihuana al *coffee shop* en Ámsterdam, están haciendo una esquizofrenia en la cual el consumidor, usualmente blanco, usualmente clase media alta no es un delincuente, el delincuente es o el inmigrante norafricano, el delincuente es el traficante suramericano.

En los Estados Unidos pasa lo mismo. El consumidor blanco no se considera delincuente en las ciudades donde hay dosis mínimas, el delincuente es el afroamericano que venda la droga o el latino que trafica con la droga. Hay cierto elemento, digamos, de discriminación étnica, en este tipo de esquizofrenia por esa no es la discusión.

El hecho es que no tiene sentido seguir en un régimen en el cual buena parte de los que consumen droga no están infringiendo la ley, pero no hay

absolutamente ninguna consideración como esa droga llega a esas personas, en una cadena que es toda ilegal menos el último paso. Yo creo que hay que abrir una discusión, y es que donde haya permisión, o permiso, o autorización legal de determinado consumo de droga debe haber algún mecanismo establecido para que el suministro de esa droga también sea controlado por autoridades estatales. Yo no estoy abogando en favor de la legalización, creo que legalización es un término muy malo y muy equívoco. Por la legalización se entiende que la droga no es mala y que se puede vender como el agua, eso no tiene sentido, la droga no es buena, es indeseable para los individuos y para la sociedad. Pero la pregunta es si el régimen de prohibición lleva a que haya menos drogas en la sociedad o no.

Yo creo que hay que abrir esa discusión, creo que hay que abrir una discusión muy importante sobre el tema de adicción, más allá de si la substancia es prohibida o no. La neurociencia, que ha avanzado de manera impresionante los últimos 15 o 20 años, puede darnos elementos muy importantes para definir las políticas antidroga y para reducir el acceso de las drogas a la sociedad. No todas las substancias prohibidas son tan adictivas como las substancias no prohibidas, y lo que ha mostrado la investigación es que una adicción lleva a otra adicción y a otra adicción. Entonces la política adecuada no es una política de decir no a las drogas sino combatir las adicciones. Las adicciones no solamente a substancias prohibidas. Nosotros en Colombia, como en Brasil, producimos café, que produce también adicción. El chocolate produce adicción. Estoy seguro que mucho de los embajadores que están aquí presentes tienen adicción al trabajo. Creo que la adicción en lo que se ha mostrado en investigaciones científicas recientes es lo que hay que buscar manejar y controlar en el cerebro humano, no solamente la adicción a las drogas. Lo mismo que señalaba el embajador anteriormente, combatir el cultivo de substancias ilícitas no puede hacerse aislado de una política agropecuaria que estimule la producción de productos legales en las economías campesinas. Combatir el crimen de los grupos que ejercen violencia por control de las drogas no es solamente combatir las mafias de drogas sino combatir en general el crimen organizado que puede pasar de las drogas a otras substancias o a control de instrumentos y elementos que no necesariamente son ilegales.

Yo, lo que planteo es que el paradigma que tenemos tiene demasiadas anomalías. Creo que tenemos que empezar a revisar los temas empezando por revisar la esquizofrenia entre permitir el consumo y taparse los ojos frente a como llega la droga a los consumidores. Estudiar las adicciones y abrir un debate sobre intercambio de experiencias en tratamientos efectivos para

reducir el consumo. En todas las sociedades donde hay altas tasas de adicción la ruina de una familia es tener un miembro de la familia con una adicción, o a drogas, o alcohol o a cualquier substancia. Lo sistema de salud publica en muy pocos países incorporan los tratamientos para desintoxicación o control de la adicción. No hay intercambios internacionales sobre los mejores tratamientos y mecanismos para reducir la adicción, ni siquiera en la Unión Europea, entre Francia e Inglaterra usan la misma droga como una droga substituta a la heroína, usan dos componentes diferentes, no hay intercambio sobre estos. Creo que haríamos mucho más haciendo estos intercambios, invirtiendo en investigación sobre adicciones. Creo que con lo que cuesta un helicóptero se podrían hacer muchas investigaciones sobre reducción de adicción. Creo que sea el camino que debemos seguir. Muchas gracias.

Antonio de Aguiar Patriota – Ministro Interino das Relações Exteriores e Secretário-Geral das Relações Exteriores

Muito obrigado ao ex-ministro Rafael Pardo, que ampliou muito aqui o nosso debate questionando inclusive alguns dos pressupostos das estratégias atuais, o que é justamente o objetivo desse seminário. Isso nos ajuda a refletir e pensar. Uma ideia, que também foi suscitada, se não me engano, pelo Pedro Abramovay, e que me ocorre quando ouvimos falar dos esforços levados a cabo na Colômbia, em boa parte bem sucedidos em reduzir violência, e o impacto do narcotráfico na sociedade colombiana, é que se não adotarmos uma visão integrada, o êxito individual de um país, às vezes, se transforma no pesadelo de outro, porque se fala muito na transferência dessa violência para o México, para a América Central, para outros quadrantes, e o impacto que isso teve em outros lugares na nossa própria região. De modo que só sublinha a importância da ação coordenada e da cooperação. Passo, em seguida, a palavra para o nosso colega da Argentina, Alfredo Forti, se desejar fazer algum comentário.

Alfredo Waldo Forti – Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa da Argentina

Muchas gracias embajador. En primer lugar, quisiera agradecer la invitación a participar en este foro de la Fundación Alexandre de Gusmão y agradecer también al Instituto de Pesquisa en Relaciones Internacionales la convocatoria a este evento.

Yo quisiera tal vez hacer un breve comentario que incorpora algunas conclusiones de lo que se puede determinar cómo consensos que afloran en las diferentes intervenciones. Se hablan sucesivamente de principios como de la corresponsabilidad, se habla en diferentes formas y a partir de las diferentes experiencias en los países de la necesidad de coordinación, se habla de la necesidad de aplicar una concepción integral al impacto que genera la problemática de las drogas. Hay algo que, por contraste, se refleja en esta serie de puntos de consensos que podemos observar y es que, por contraste, la problemática de las drogas afecta de manera transversal un conjunto de áreas que son responsabilidad de los gobiernos. Estamos hablando desde la seguridad, la justicia, la economía, el comercio, la salud y hasta las relaciones internacionales. Esta transversalidad tan efectiva, que tiene esa problemática por todas las razones que se están exponiendo, de alguna manera están siendo respondidas a partir de un esquema, de una estructura, de carácter más vertical que caracteriza la organización de los gobiernos. En pocas palabras, la problemática del impacto de las drogas no se resuelve sólo desde la perspectiva policial, o sólo desde la perspectiva del impacto de la salud, o sólo desde la perspectiva del control de los ilícitos que acompañan al fenómeno de la droga, el narcotráfico etc.

Entonces, si vemos, sobretodo en nuestra región, esta excelente tendencia a encontrar consensos en todos estos conceptos de enfoques de criterios comunes es sin duda el primer paso necesario para lo que sería la aplicación de la voluntad política de los gobiernos para convertir esos consensos precisamente en políticas. Y la conversión de estas políticas desde lo nacional no va a ser suficiente si es que no se concreta esta coordinación del punto de vista regional. Soluciones regionales a problemas regionales, es uno de los principios de la UNASUR. La necesidad de convertir en políticas integrales una problemática que afecta integralmente nos debería llevar también a la conclusión de observar con mucho detalle si lo promisorio que tenemos hoy a nivel de UNASUR para atender estas situaciones conlleva las necesarias atribuciones para dar respuestas efectivas. Me refiero concretamente a que este gran paso que se he dado para el establecimiento del Consejo de Atención a la Problemática Mundial de las drogas dentro de la UNASUR.

Va ser mucho importante el fortalecer este consejo con la participación de las diferentes áreas gubernamentales que son necesarias para intervenir integralmente en esta problemática. Estamos a tiempo, estamos tal vez en el momento indicado y preciso para plantear estas necesidades que implican

voluntad política a partir del consenso y la aplicación de medidas concretas para brindar a las instancias comunes regionales que planteamos como una de las caras de atención a la problemática con los necesarios recursos e instrumentos para ser eficientes. Muchas Gracias.

Antonio de Aguiar Patriota – Ministro Interino das Relações Exteriores e Secretário-Geral das Relações Exteriores

Muito obrigado, Dr. Forti. Passarei a palavra ao nosso colega uruguaio, Secretário Executivo da Junta Nacional de Drogas do Uruguai, Milton Romani Gerner.

Milton Romani Gerner – Secretário Executivo da Junta Nacional de Drogas do Uruguai

Muchas Gracias. Buenos días a todos y a todas. Mi reconocimiento y mi agradecimiento al Embajador Moscardo y al Embajador Cardim, que han tenido la benevolencia de invitarnos a este evento. Mi saludo al ministro Patriota y al General Felix, y mi saludo a mis viejos amigos General Uchôa y Pedro Abramovay. Reciban además el saludo de la Junta Nacional de Drogas de la Presidencia de la República y del Presidente José Mujica.

Yo celebro entusiastamente este evento y le pediría que trasladara al amigo Celso Amorim de que si las drogas son, en su aspecto beneficioso, un motivo más de integración, bienvenido sea. Digo esto porque en los trabajos que he leído, en las intervenciones que he escuchado, recibo un aire fresco de desintoxicación, de a veces larga secciones sobre este tema, que están muy esquematizadas y en un concepto demasiado rígido que no permite lo que yo he llamado en el trabajo que me han solicitado. Con mucho gusto lo poden leer, el tema de la geopolítica de las drogas en clave del debate democrático, que es una necesidad inherente a este proceso de integración y a este proceso de necesaria revisión de las políticas de drogas, de las estrategias y del paradigma que ha dominado hasta ahora durante 100 años, como bien decía el amigo colombiano. Es un debate ineludible.

El paradigma prohibicionista que ha venido de la mano del paradigma llamado de la guerra de las drogas, como digo en mi trabajo, es una concepción

bélica, determinada, que ha tenido muchos costos que no creemos que se justifiquen. Una digresión a propósito de que lo decía el amigo Pardo. Siempre me pregunté, nunca me lo pudieron responder, de que el objetivo de la reducción de la oferta es encarecer el producto, mas yo siempre me pregunté si, en realidad hipotéticamente, en vez de encarecer el producto eso no ha significado el aumento de la violencia para conseguir el mismo producto tratándose de los adictivos. Esa es una pregunta que nunca superó responderme además de los elementos que da el amigo Pardo sobre el fracaso de esa concepción de acuerdo a los conceptos económicos.

Yo creo que estamos en una oportunidad muy importante en la región, tanto de los mecanismos de integración a nivel de Mercosur y de UNASUR, con la creación del *Consejo sobre el Problema Mundial de las Drogas* en UNSAUR, y también creo que estamos en una oportunidad de un debate franco dadas las aperturas que parecen existir en los Estados Unidos acerca de este tema. Creo que es un debate democrático que ha sido escamoteado. De la mano del paradigma prohibicionista y del concepto de la guerra de las drogas, dieron una posición excesivamente moralista que hace una secuencia quienes "están conmigo o quienes están contra mí". En ese clima no se puede discutir. No se puede debatir francamente y honestamente.

Este tema de la clasificación arbitraria que ha tenido este modelo demuestra, como han dicho varios opinantes, la caducidad de este concepto. Uruguay, que no tiene una proyección geopolítica importante más allá de su prestigio cultural y su defensa de los conceptos democráticos, es una demonstración muy contundente de esta clasificación arbitraria. Uruguay no era país ni de consumo ni de transito, pero en la década de 90 tuvo una política financiera que favoreció los mecanismos de lavado de dinero y que le generó un riesgo y una vulnerabilidad muy importante en la región y en el mundo. Eso he revertido a partir de políticas serias que hemos tomado desde año 2005 donde pretendemos tener políticas públicas en drogas integrales y equilibradas donde el lavado de dinero es un componente muy fuerte. Y a partir de los mecanismos de lavado de dinero fue que se instalaron organizaciones de crimen organizado, que como bien decía el director de la Policía, que le escuche atentadamente, son organizaciones empresariales que giran en varios juros una vez que tienen el *know how*, los contactos y los mecanismos para operar.

A partir de los mecanismos de lavado de dinero y la presencia de organizaciones de crimen organizado, también empezamos a hacer un país

de consumo. En esto me quiero detener. La responsabilidad común y compartida, que es un principio que nosotros apoyamos, es también un desafío. Yo quiero decir que el concepto de responsabilidad común y compartida pretendemos que sea equitativo en las cargas y responsabilidades que tenemos cada uno en el tema. Hemos señalado en el ámbito de Mercosur y a propósito del debate en la revisión de los modelos vigentes que tenemos la instalación de un padrón de consumo de pasta base de cocaína en la región que a nuestro entender es un efecto no deseado del control de precursores químicos, y la situación de vulnerabilidad social que ha encontrado un mercado fértil para mercancías de bajo costo unitario.

En la región, el traslado de grandes establecimientos de fabricación de cocaína a pequeñas cocinas ha establecido una forma de operación por la cual el clorhidrato es la especialidad que se exporta, y ha encontrado un mercado de vulnerabilidad social, un mercado de oportunidades para el tráfico y consumo de pasta base de cocaína, conocido como paco, conocido como pasta base, conocido como crack. Esto llama responsabilidad compartida también. Hemos señalado la necesidad de particularizar este problema como un problema de la región, y hemos apoyado a Bolivia en el derecho que tiene a establecer los mecanismos de erradicación consensuada porque es una responsabilidad nuestra también. Hemos dicho que el problema de Bolivia no es un problema de la Bolivia, es un problema de la región y con todas esas características.

El debate democrático es necesario también para lo que nosotros llamamos un descentramiento positivo del problema de las drogas. Llamamos de descentramiento positivo al hecho que es positivo por el hecho de que no se desentiende de los problemas urgentes, pero que necesita mirar más allá de la droga y especificar perfectamente cuales son no los aspectos solamente contextuales, el contexto es lo que está alrededor. Si es eso, pero mucho más. El tema que planteaba el Embajador Simões tiene mucho que ver con el problema de las drogas. El problema de la violencias sociales y de la vulnerabilidad social no es solamente un factor de riesgo, es una condición necesaria mas no suficiente para el desarrollo de consumos adictivos.

El problema del respecto de los derechos humanos es constitutivo, esencial a este problema. No es un problema contextual, y no es solamente un problema declarativo, y no será solamente en lo que bien planteaba María Paula en la necesaria proporcionalidad de la política criminal. No es lo mismo el que financia los grupos criminales o las personas que en buena posición lavan dinero que aquel que bajo ciertas circunstancias delinquen. Y en el sentido de que hay, en

el sentido de no impunidad, en este tema es fundamental como aspecto simbólico y como recurso para respectar los derechos humanos en este sentido.

Pero además el respecto de los derechos humanos, es esencial para un uso racional de la fuerza. El planteo de la guerra no identifica ningún tipo de enemigos, son todos enemigos, es el mismo el enemigo, el productor en algunos lugares, el consumidor, no puede ser. Nosotros tenemos que reivindicar el uso legítimo del imperio de la ley en aquellos aspectos donde está el crimen organizado y el lavado de dinero con intensidad, y con proporcionalidad de la aplicación de la política criminal. En este debate, Uruguay, también Brasil, y otros países hemos insistido en la necesidad de acertar el modelo de la reducción de años, que es un modelo válido. Las experiencias clínicas, tanto en la contención de la epidemia de HIV/SIDA como en los dispositivos substitutivos que han hecho algunas poblaciones europeas, han demostrado su eficacia. Como concepto general de abordaje del problema de las drogas es una conceptualización potente, reclamamos la necesidad que con una intención de inclusión social podamos instrumentarlas en nuestros países.

El concepto asociado de gestión de riesgos y yo llamaría, le agregaría gestión local de riesgos, asociado al modelo de la reducción de daños, creo que es un poderoso concepto que permite la participación activa y participativa de la comunidad, como bien señalaba el General Uchôa, en la construcción y en la autoconstrucción de los controles sociales. Eso disminuye los erros, hace participativo los controle sociales, permite un acercamiento a los aspectos de seguridad ciudadana con una coparticipación activa de la ciudadanía. Eso creo que es un concepto fundamental que tiene que estar incluido dentro de un nuevo paradigma, que se aleje de este que ha sido muy costoso y que ha demostrado pocos resultados y ha tenido daños colaterales inmensos, como lo señalaba el amigo Felipe Cáceres.

Yo decía que el concepto de responsabilidad común y compartida es un desafío, y la posibilidad de un cambio de paradigma es un desafío. Es un desafío político y un desafío cultural. No los pensemos tampoco que estos aspectos solamente son un problema político que tienen que discutirse en estos niveles. También es un desafío cultural en nuestras poblaciones y dentro de los medios de comunicación que siempre tienen la tendencia a divulgar este tema de una forma simplificada, de una forma sencilla, en el peor de los términos sencillos, fetichizada en términos de alarma social y no con la posibilidad de abarcarlos como un fenómeno

social complejo que está dentro de los vínculos de hombres y mujeres y que, en la medida que está dentro los vínculos de hombres y mujeres, pueden ser abordados por los hombres y mujeres que vivimos en comunidad. A eso, llamo también responsabilidad común y compartida al entramado de vínculos que nos permite gestionar nuestros propios riesgos. Y digo que es un tema que todavía sigue hoy siendo un desafío en el sentido de asumir los mecanismos de valoración como lo hemos hecho en la OEA desde un ponto de visto del multilateralismo y non de las certificaciones unilaterales que no respectan este principio de responsabilidad compartida. Muchas Gracias.

Antonio de Aguiar Patriota – Ministro Interino das Relações Exteriores e Secretário-Geral das Relações Exteriores

Se os senhores estiverem de acordo, tinha intenção de dar a palavra ao representante da UNODC que está aqui conosco representando o enfoque multilateral das Nações Unidas nesse debate, e, logo em seguida, para um breve comentário a ministra Toniatti, que tem uma observação específica para fazer sobre esta abordagem de que o nosso colega uruguaio tratou. Em seguida poderíamos ter um breve intervalo e todos os demais que quiserem intervir podem procurar meus colegas aqui atrás ou a mim mesmo. Voltaríamos ainda antes do almoço para completar uma rodada até uma hora em que todos pudessem ter a oportunidade de falar. Então prosseguiremos assim, e tem a palavra Sr. Sandeep Chawla.

Sandeep Chawla – Diretor do UNODC

Thank you. First and foremost thank you for inviting me here. I'm delighted to be here in this beautiful country, in this beautiful city, in this beautiful building, on this beautiful day. I will try not to repeat issues that have been raised throughout this discussion, the very interesting discussions that we have heard this morning, and focus primarily on the issues that concern the multilateral system of which the United Nations Office on Drugs and Crime is custodian and plays the role of being the guardian of this particular system.

I think the most important thing we need to deal with here is to recognize that the multilateral regime which is in place puts the United Nations in the position of

being the guardian of that regime, but not the originator of it. The originator of that regime is all of you in the sense of the countries of the world, and changing that regime needs the same collective action that made it. Unfortunately, this is a message that is very often forgotten when we hear, and I listen to these discussions all over the world about the drug policy and what's wrong with it and how we need a change of paradigm. I've no doubt we need a change of paradigm. What I have a doubt about is that a majority of people who look to the UN to see a change of paradigm are looking in the wrong place. The UN can't change the paradigm, the UN is all the nations of the world. It was done collectively, it needs to be changed collectively, and that is not easy to do.

So very often, as the representative of the United Nations Office on Drugs and Crime, I find myself in an uncomfortable position. All of you have heard the Greek parable about the bringer of bad news. What happens to the messenger who brings the bad news? Shoot the messenger. Now this messenger is not to be shot, because this messenger did not make the problem. This messenger tries to solve the problem, and solving the problem means that when individuals and countries say that the UN has to review its conventions, the UN can't review the conventions. Countries collectively must review those conventions and there are ways of doing it. So, I think the first message that I have is that when you speak of the geopolitics of drugs, when you speak of drug policies, the UN has one role to play, which is to recognize how these policies came to be what they are.

I think we are familiar with the history of the drug control regime and how this particular paradigm came into effect. But there is a law of unintended consequences here. When the drug control regime was designed, nobody intended that there would be a huge criminal black market that surrounds drugs. That was not the intention. That happened because we forgot, in the process of implementing this regime, that we were controlling drugs in order to protect the health of individuals. We forgot this. We forgot public health and we emphasized law enforcement, and after that, because we forgot public health and emphasized law enforcement, we looked in our societies to policemen to solve the problem and we looked at individuals who are taking the drugs not as patients, but as criminals who need to go to jail. And because of this and all the anxiety generated, came this whole regime in which the evidence is overwhelming. You will never be able to solve the drug problem by controlling the supply, because the supply of drugs, the raw material cost is a trivial amount of the total volume of this trade. The criminal black market that surrounds it, crime is like water, it finds

any breach (nokankrammy) that is available and it finds its own level. And, as long as societies create the space for this to happen, crime will spread, and, as long as societies and countries deal with the wrong problems in terms of the emphasis that they give to it, this will happen.

So, the first point I'd like to make is that there is a multilateral machinery, it is flawed, please remember that it was designed and developed well before this particular modern dimension of the problem came into being. To give you one example, the 1961 single convention, which is the foundation convention for drug control, was created and agreed to 20 years before the HIV virus was discovered. So clearly the world has changed. Clearly, the system needs to change and, for that, all countries carry a responsibility to work together in regional arrangements to change that system. The second one, the role of countries in trying to change this multilateral machinery, there is an enormous amount of possibility available, but it only becomes reasonable if countries stop with the process of exchange in which fingers are pointed and blame this assign from one to the other.

The principle that so many of you have mentioned of shared responsibility, the principle that everybody is involved in this, but the only way to that is to try and ensure that the debates become much more informed on the basis of data and evidence rather than on the basis of ideology and political construction. The role that my organization plays here is to try to give all of you, the countries of the world, the position of an honest objective broker of information and data in which we try and tell you how the problem is evolving and changing from one year to the next. In order to do this, we have real difficulties in keeping up this role, primarily because of the ways in which particular organizations and parts of the United Nations are funded these days.

There is a lot of discussion ongoing in Vienna, at the moment, about how to improve and reform the way in which this organization is funded. We are responsible, I should tell you, for one of the eight major priorities of the Secretary-General of the United Nations: drugs, crime and terrorism. For it, as an organization, we get 1% of the regular budget of the United Nations. This is a funding model which needs to change, and again, individual countries can play a role in changing this model, because, traditionally, large parts of the UN are funded on the basis of the warranty contributions of a small number of donor countries, which contributes to projects and programs that suit their national interest. This is not surprising. Every country pursues its own national interest, but the way to change it is if other large powerful countries, for instance

countries such as Brazil, were to enter into this wide strategic funding decisions, the nature of the debate could change. That debate needs to be changed.

And my last point is on the question that we have heard a lot of discussion this morning: on regional cooperation, or on south-south cooperation or on development in these areas. Unless more arrangements are made to words, getting this kind of cooperation going in terms of recognizing that drugs, crime, corruption, security, development, justice and the rule of law are all related matters which you can't separate one from the other, then, arrangements made between countries in a sub-regional context, and a major role played in that by major countries and regions such as Brazil, seem to me to be the only way forward. I will stop here and I hope I can contribute to later discussions as this seminar unfolds. Thank you very much.

Antonio de Aguiar Patriota – Ministro Interino das Relações Exteriores e Secretário-Geral das Relações Exteriores

Muito obrigado, representante da UNODC. Teremos então um breve comentário da ministra Virginia Toniatti da COCIT/Itamaraty, e um intervalo que espero mantermos breve, cinco ou dez minutos, para retomarmos e podermos ter uma oportunidade de todos falarem antes do almoço. Virginia.

Ministra Virginia Toniatti – Coordenadora-Geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais (COCIT/MRE)

Muito obrigado senhor Secretário-Geral, através do senhor gostaria de cumprimentar todos os participantes, as pessoas que presidem a mesa e agradecer também a oportunidade de estar presente e ouvir intervenções tão importantes e tão esclarecedoras. Gostaria de comentar rapidamente que vários interlocutores já levantaram muitos dos pontos de que trato em um texto encartado dentro dos documentos distribuídos hoje de manhã. O título do meu texto é "O problema mundial das drogas: a responsabilidade compartilhada e a necessidade de um novo equilíbrio" e é sobre isso que queria enfatizar.

Ouvi com muito interesse o que disse o senhor Chawla, compreendo que cabe aos países membros da ONU encontrar novos paradigmas e nesse sentido analisei um pouco no meu texto as relações entre os Estados e como essas relações entre os Estados são afetadas pelo problema mundial das

drogas, a percepção dos países, a imagem dos países e tudo o que isso pode acarretar na luta contra o problema mundial das drogas. No meu texto, levantei três pontos, o primeiro deles é que as drogas existem e o seu uso é intrínseco às pessoas, aos seres humanos.

Não podemos nos livrar definitivamente das drogas. Acho que é uma utopia, pois é algo intrínseco ao ser humano. Serão usadas de maneira tradicional ou não, serão usadas de alguma forma – é um dado. Teremos de conviver com isso e reduzir ao mínimo. Não podermos poupar esforços para reduzir de maneira sustentável ou, pelo menos, conter de maneira eficaz o problema da produção, tráfico e consumo de drogas. Dito isso, levantei também um aspecto que me parece importante: que as drogas são um produto e o narcotráfico é uma empresa, as regras são de mercado, ainda que com muitas especificidades, como disse o senhor orador da Colômbia, mas o exame da ilicitude das drogas é preciso ser feito com muita atenção e com muita profundidade. A ilicitude, o preço, a disponibilidade, porque o mercado negro das drogas a que se referiram alguns interlocutores aqui realmente se estabeleceu de uma maneira muito enraizada em nossas sociedades, então isso tem de ser combatido do ponto de vista empresarial, praticamente.

Um terceiro ponto que levantei e ao qual o senhor orador do Uruguai fez alusão ao meu texto (fiquei muito lisonjeada de vê-lo ler o meu texto, porque se trata de um perito reconhecido) refere-se a um termo que achei interessante introduzir no texto: que nós precisamos de um novo equilíbrio nessa ideia de responsabilidade comum e compartilhada. Sim, a responsabilidade é comum e compartilhada, mas esse compartilhamento tem de ser feito de uma maneira equitativa, ou seja, não estou dizendo que vamos relativizar a responsabilidade. A responsabilidade é de cada um, a necessidade de atuar é de cada um, mas creio que (o Dr. Luiz Fernando Correa mencionou já no início de sua fala) o cerne da questão é como isso se passa, de quão mais difícil é para um país que está preso nas engrenagens desse eficiente empreendimento que é o narcotráfico. É tão mais difícil para ele e, provavelmente para suas instituições que serão mais frágeis eis porque se instalou ali o narcotráfico, do que para os países consumidores, os grandes consumidores, que terão condições mais favoráveis de procurar identificar, como disse o senhor, de que maneira essa droga chegou até o pequeno consumidor.

Queria dizer também que, ao separar em papéis, não questiono a validade do conceito, acho que é muito importante o papel do consumidor,

do produtor, e do trânsito, mas ao separar em papéis novamente perpetuamos esta ideia de vitimização do consumidor, o pequeno consumidor afinal não é tão culpado. Então cai novamente todo peso da estigmatização da comunidade internacional sobre o país produtor. Então, enquanto tivermos esse desequilíbrio dentro da responsabilidade compartilhada, não vamos conseguir trabalhar bem, não vamos conseguir resolver o problema. Além disso, do ponto de vista das organizações internacionais, conquanto sejamos nós países a definir quais são os paradigmas, a cooperação internacional tem falhado. Por quê? Porque nos vem muitas vezes da prateleira, e isso não pode ser. Foi levantado aqui, creio que pelo Embaixador Simões, que temos características específicas e que isso tem de ser levado em consideração.

Então, todos esses fatores são muitos importantes. Houve vários outros fatores levantados aqui de grande importância, teria muitos outros pontos para comentar, mas queria então reforçar esta ideia de que a responsabilidade compartilhada é um grande conceito, mas é preciso matizar esse conceito, é preciso ter presente que temos de inserir o ingrediente da equitabilidade dentro desse conceito, a partir daí, quiçá, poderíamos chegar a ideias mais claras e a um paradigma um pouco mais claro, mais ágil, para resolver o problema que é de todos nós. Obrigada.

Antonio de Aguiar Patriota – Ministro Interino das Relações Exteriores e Secretário-Geral das Relações Exteriores

Obrigado Virginia. Então, se vocês estiverem de acordo, fazemos uma interrupção breve, cinco a dez minutos. O Embaixador Jeronimo sugere que a fotografia de família seja tirada agora, ali em frente ao painel do lado de fora, e depois teremos um breve momento para esticarmos as pernas e voltarmos aqui. Até já.

INTERVALO

Antonio de Aguiar Patriota – Ministro Interino das Relações Exteriores e Secretário-Geral das Relações Exteriores

Antes de dar a palavra, queria só comentar a fala da Virgínia muito brevemente e contar uma historinha. Gosto desta ideia de corresponsabilidade

de forma equitativa, mas também gosto da ideia de que na América do Sul nós assumamos a nossa responsabilidade plenamente pela análise e pelas soluções que implicam este desafio. Porque no passado houve uma certa tendência a achar que precisávamos de mais recursos do mundo desenvolvido, precisávamos trabalhar com outros que, no fundo, são tão responsáveis como nós, ou mais, porque são o fulcro do consumo. Hoje em dia, algumas dessas categorias, como muito bem mencionou o nosso colega uruguaio, tem de ser revistas de uma certa forma, e acho que a novidade, que talvez represente até mesmo este seminário, é essa consciência de que somos parte do problema, mas a solução também está aqui entre nós, e não vamos deixar de assumir plenamente a responsabilidade que é imposta a cada país da América do Sul, em particular a de encontrar soluções. E a historinha que eu irei contar tem a ver com o meu período como embaixador nos Estados Unidos, e com esta questão da estigmatização, que mais de um orador hoje mencionou.

Fui visitar o Senador Chris Dodd, que é o presidente da subcomissão de assuntos latino-americanos do senado americano. Aliás, o nome desta subcomissão em pleno é Subcomissão de Assuntos Latino-Americanos e do Narcotráfico. Quando fui visitá-lo, disse: "Senador, fico muito satisfeito em saber que o senhor fala espanhol, conhece bem a nossa região, dando importância aos nossos assuntos, mas será que não dá para mudar o nome desta subcomissão?" Porque é uma maneira, a meu ver, realmente indevida de, primeiro, atribuir a uma região do mundo a responsabilidade pelo problema e, segundo, de não reconhecer na região outras qualidades mais dignas de serem singularizadas do que essas. E devo dizer que o meu argumento produziu algum efeito no senador, ele me ligou alguns meses depois muito satisfeito, dizendo-me: "Olha, não tenho uma solução plena para a sua questão, mas tenho uma solução parcial. Vamos chamar a subcomissão de Assuntos Latino-Americanos e do Problema Mundial das Drogas" o que já é um pequeno progresso, e acho que já faz parte também desse nosso esforço geopolítico de assumirmos responsabilidades, mas também não aceitarmos que estigmas ou percepções equivocadas se disseminem na consideração do assunto. Com isso, passo a palavra ao Embaixador Julio Zelner.

Embaixador Júlio Cezar Zelner Gonçalves – Embaixador do Brasil em Viena

Obrigado, senhor Secretário-Geral, Ministro Jorge Felix, prazer vê-lo de novo. Pedro Abramovay, representando aqui o Ministro da Justiça e meu

querido amigo. A todos os presentes, embora nesse momento não esteja na sala, mas gostaria de fazer menção especial à alegria em rever o Embaixador Baena, o nosso chefe, querido amigo, no meu caso padrinho até, portanto me deu um prazer enorme revê-lo.

Quando escrevi um papel sobre o tema de hoje, a minha preocupação foi a seguinte: primeiro mostrar que a ótica do Brasil, focando sempre naturalmente na política externa brasileira, não tem privilegiado a droga como um tema de prioridade absoluta, por motivos óbvios, inclusive porque não é, digamos assim, o que define a nossa colocação no mundo, mas é um tema de crescente preocupação em todos os quadrantes. E também isso não quer dizer que a droga não tenha estado presente na formulação da política externa brasileira, evidentemente.

Acho que a ótica do Brasil de país de trânsito, basicamente, está se modificando paulatinamente, na medida em que o Brasil hoje é menos trânsito e também aumenta um pouco o consumo de drogas no Brasil, seja através da cocaína, seja através de drogas químicas introduzidas a partir de medicamentos legalizados, e isso sim me parece muito preocupante no caso do Brasil. O ex-diretor-geral do UNODC, ao introduzir um dos relatórios do órgão sobre a matéria, fala do aumento expressivo, assustador, do consumo de drogas em nosso quadrante, na parte sul da América do Sul. Não creio que seja isso.

Acho que há um aumento, mas não creio que tenha havido um salto tão assustador do nível de consumo que se verifique no Brasil, pelo menos estou falando do Brasil, que conheço melhor. Creio que há evidentemente uma correlação clara entre drogas e crime organizado, onde quer que apareça um está o outro. A meu ver, a droga e crime organizado são temas que se relacionam com outras formas de crimes transnacionais, mas não vejo que haja uma relação direta, elementar e natural entre drogas, crime organizado e terrorismo. Pode ter em casos específicos de alguns países, mas não creio que essa seja uma elação automática. É preciso tomar um pouco de cuidado com isso, porque quando começamos a falar em terrorismo, estamos a um pulo de abrir um flanco para um problema muito mais sério que nos deixa, a rigor, muito mais vulneráveis a políticas estranhas à questão da droga, especificamente, e em outros interesses completamente alheios a esta questão.

Então, é preciso olhar isso com uma pitada de cuidado. Não acho que exista esse elo imediato, nem em alguns países que se mencionam como, por exemplo, o Afeganistão. Acho que naturalmente passou a haver depois, mas

não na origem, e isso é outra discussão. Há a necessidade de o Brasil continuar com um serviço fantástico de controle das fronteiras que se vem fazendo, sobretudo, através da Polícia Federal. Temos uma extensa fronteira com países produtores de cocaína e de outras drogas, portanto é preciso manter a vigilância e a cooperação com eles sempre presentes. Esse é um dado importante em nossa política externa. No que diz respeito à Bolívia, particularmente, haverá agora, tenho a impressão que em Londres, a Conferência dos doadores para programas da Bolívia. O Brasil precisa participar muito mais no financiamento dessas operações, através do escritório da UNODC, ou por meio de programas acordados diretamente com a Bolívia. Isso é parte de, digamos, assumirmos as nossas responsabilidades, conforme disse Sua Excelência, o senhor Secretário-Geral há pouco, compatíveis com o nosso peso específico no continente. Precisamos olhar um pouco para os programas da Bolívia que demandam a participação de outros países, precisamos colaborar mais nisso.

Acho que é preciso também dar um pouco mais de publicidade aos diversos programas de cooperação em andamento com o Brasil. O Brasil já vem fazendo muito, mas mostra pouco. Quanto mais seja possível mostrar o que está fazendo, aumenta a nossa blindagem contra eventuais investidas de outros interesses que nada tenham a ver diretamente com um problema específico do Brasil, de drogas. Portanto, seria importante investir um pouco mais na publicidade do que se faz em todas as fronteiras, seja nas fronteiras de entrada seja nas fronteiras de saída, em que o controle também tem sido muito grande. A polícia tem conseguido resultados que devem ganhar maior publicidade, é preciso mostrar mais, porque isso pode inclusive colaborar mais para a visão que o Brasil constrói de si próprio no exterior. No caso específico do UNODC, parece-me que agora temos uma janela de oportunidades única que é a mudança de chefia, que nos induz necessariamente a uma reflexão sobre todo o problema, todas as questões afetas. Há a necessidade de uma visão um pouco mais integrada entre crime e droga. É necessário acabar de vez, sepultar de vez, essa dicotomia demonizante de produtores e consumidores, é a hora de afastar um pouco, quer dizer, separar um pouco a questão do terrorismo do elo maldoso entre esses três temas 'crimes, drogas e terrorismo'. A oportunidade está posta, e acho que, então, vamos pensar em uma UNODC.

O que é UNODC em Viena? Basicamente é a parte da ONU que funciona só em menos de 10% com o orçamento regular da organização. Então, quando nós brasileiros e, em geral, todo mundo em desenvolvimento,

reclamamos, às vezes, do desequilíbrio que existe (e devo dizer que o secretariado da ONU é muito competente em tudo o que faz) na preferência em relação a teses – que não são necessariamente as teses da maioria – trata-se, talvez, das teses daqueles que pagam noventa e poucos por cento do orçamento do escritório. Isso se reflete na compensação da Secretaria, obviamente a Secretaria em Viena tem muito mais pessoal do hemisfério norte de um modo geral do que do hemisfério sul. O grupo ocidental está 'over represented', super-representado. Não está super-representado se a gente pensa em termos de quanto esse grupo contribui para o orçamento. Há duas maneiras de reverter isso imediatamente: uma, com o início de uma política que tem de ocorrer basicamente em Nova York, junto à 5ª Comissão. Parece-me até um pouco utópica, mas enfim, pode ser que tenha e certamente terá conseqüência no final sobre o nível de contribuição que cada país faz individualmente à ONU. Por isso deve encontrar resistência. A outra ideia seria reverter as prioridades da ONU de maneira a tirar algo do pacote que já está financiado pelo orçamento regular, para incluir um pouco mais dos assuntos que nos dizem respeito aqui hoje, drogas ou crimes, se for o caso. É um exercício também difícil, mas é um exercício que precisamos fazer.

Outro ponto que é possível pensar em termos de Brasil, especificamente, é o aumento de brasileiros no Secretariado, em geral, e em Viena em particular. Como? Presumo que há três ou quatro possibilidades, mas acho que pelo menos duas das três, que indico, inclusive no meu papel, passam por contribuições do Brasil. Quer dizer, é preciso que o Brasil ou pague estagiários, ou faça "Junior Professionals de Bios". Enfim, é preciso que o Brasil tome alguma iniciativa para colocar gente brasileira, seja por dois anos, seja por meses, em algum programa dentro do escritório. Creio que quanto maior o nível da contribuição financeira do país, quanto maior o nível da participação de nacionais do Brasil e de outros países da América do Sul dentro da ONU, naturalmente maiores serão as possibilidades de que os nossos pontos de vista tenham uma participação mais significativa, digamos, na média geral de opiniões que saem do escritório. Acho que também há, neste momento, um problema de pessoal especializado. Não tenho certeza que a gente tenha técnicos prontos para entregar à ONU em quantidade que seria, não digo muito, mas que fossem alguns que a gente pode ter, mas acho que era preciso ter uma política um pouco mais consistente nessa área, e isso poderia ser uma política a ser implementada em comum acordo com as diversas representações das Nações

Unidas no Brasil, inclusive o UNODC, que está aqui conosco. Quer dizer, sensibilizar universidades e tudo mais para a importância de ter pessoal vocacionado para essas áreas capazes de disputar posições.

A candidatura de um brasileiro, Pedro, à UNODC, teve um sentido político muito claro. Mostra a prioridade que o Brasil está disposto a dar a esse tema, e acho que é preciso que isso tenha continuidade. Ter continuidade através da disponibilização de gente que possa, não digo reverter inteiramente, mas reequilibrar a composição secretarial, em Viena sobretudo, já que esses temas estão basicamente em Viena.

Sobre coisas muito específicas falaria um pouco mais. Por exemplo, a observação feita pelo vice-ministro da Bolívia sobre a questão da descriminalização da folha da coca. Particularmente, pensando no Brasil, tenho severas reservas a isso. Respeito a oposição boliviana e acho que, de fato, há um vínculo cultural claro entre esses dois temas na Bolívia, mas temo que haja desvios que talvez não tenhamos como controlar e que possam vir a ser danosos, particularmente no caso do Brasil, mas acho que é preciso conversar para encontrarmos alguma saída que possa atender aos reclamos bolivianos sem necessariamente, digamos, aumentar o nível de exposição que possam vir a ter outros países limítrofes a essa política. São esses pontos iniciais que queria fazer, durante o debate. Talvez volte a pedir a palavra ao senhor Secretário-Geral. Obrigado!

Antonio de Aguiar Patriota – Ministro Interino das Relações Exteriores e Secretário-Geral das Relações Exteriores

Muito obrigado, Embaixador Júlio Zelner. O próximo orador será o Dr. José Manoel Bertolote, da UNESP.

José Manoel Bertolote – Departamento de Neurologia, Psicologia e Psiquiatria – Faculdade de Medicina de Botucatu – UNESP

Muito obrigado! Senhor Embaixador Antonio Aguiar Patriota, minhas saudações e através do senhor gostaria de saudar as demais autoridades aqui presentes, particularmente o Felix, representante do Ministério da Justiça, Pedro Abramovay, os demais participantes e a audiência também, famoso segundo círculo. Gostaria de parabenizar os organizadores por dois aspectos: um, a organização de uma discussão aberta sobre um tema que me parece

tão importante; em segundo lugar, pela qualidade dos expositores até agora, alguns me deixaram extremamente admirado pela qualidade das apresentações e profundidade dos pensamentos.

Pretendo ser breve e fazer dois ou três comentários sobre as ambiguidades que vejo sobre o tema, o que não tem ajudado a avançar mais na direção que queríamos. E no final, com muita pretensão, fazer uma sugestão de um caminho que poderia ser mais explorado. Participo de várias reuniões sobre o tema drogas e, em geral, vejo uma dicotomia, que chamaria de a primeira ambiguidade, que é quando participo. Devo declarar que sou sanitarista e psiquiatra, considero mais o lado da demanda do que o da oferta.

Em muitas reuniões de que participo com cientistas do comportamento, dizem que o problema de droga também é um problema político, também é problema de segurança e também é um problema de justiça. E em outras reuniões onde não há muitos cientistas do comportamento se diz que também é um problema de saúde e também um problema comportamental. E aqui vejo uma dicotomia que não nos ajuda. Há dois grupos discutindo profundamente o tema e o diálogo entre esses dois grupos me parece um pouco precário. Retomaria o que vejo como realmente a origem, e isso o senhor Chawla mencionou, desde a primeira medida internacional, ou mesmo nacional, de controle do que são drogas. A preocupação era com determinadas substâncias psicoativas que causam dependências. Há substâncias psicoativas que não causam dependência, em geral consideramos como medicamentos, mas algumas causam dependência. A Organização Mundial da Saúde classifica dez tipos de substâncias psicoativas. A maioria de todos os acordos ou legislações de políticas de controle dessas substâncias se dirige a quatro delas e deixam seis de fora. O que significa que temos grupos de substâncias lícitas e grupos de substâncias ilícitas. A ambiguidade desta separação se reflete até na terminologia. Por exemplo, falamos de narcóticos e entorpecentes e colocamos aí no meio a cocaína, que não é nem narcótico e nem entorpecente. Então esta ambiguidade vai se multiplicando e chega um momento que a conversa fica difícil, porque cada um está usando a palavra num sentido e não sabemos mais no final exatamente do que estamos falando.

Com este começo, a Convenção de Xangai e até mesmo a história anterior a esta convenção, todos os documentos da Liga das Nações e os documentos das Nações Unidas, vem perpetuando esse equívoco de falar de algumas substâncias psicoativas e não falar de outras. Fiquei encantado com a apresentação do ex-ministro Rafael Pardo, que enfocou muito bem esta

questão. Se penso a perspectiva mundial como sanitarista, olhando todas as substâncias que causam dependência, qual o impacto que elas têm na saúde individual, na saúde coletiva e na economia das nações, a substância mais problemática é ausente das nossas discussões aqui, que é o álcool.

Não quero inundar ninguém com estatísticas, mas no mundo há 2 bilhões de usuários de álcool. Há 1 bilhão e 200 milhões usuários de tabaco, e há, aproximadamente, 200 a 250 milhões de usuários de todas as outras substâncias psicoativas. Então aqui há algo que o ex-Ministro Rafael Pardo falou que todas as substâncias que foram proibidas eram plantas, não eram produtos industrializados. Penso que isso é uma consequência da história, porque naquela época em 1907, 1909, haviam muito poucos produtos industrializados, o que havia eram substâncias naturais e essas que foram controladas.

Estamos aqui na casa do Rio Branco, então temos que usar uma linguagem diplomática, mas como não sou diplomata me permitam falar sem eufemismos. Por trás de todo controle e de toda a substância, há um interesse econômico primariamente e, em seguida, o interesse militar e estratégico, e finalmente o interesse político. E se nós não admitirmos que haja um interesse econômico por trás disso, iremos ficar girando em círculos. Porque quando vemos as histórias das proibições, cada uma das substâncias naturais que eram plantas no início do século 20, à medida que um sucedâneo ou um equivalente químico foi desenvolvido certamente por um país industrializado, que era a Alemanha, que era os Estados Unidos, o produto natural foi proibido. No momento em que se sintetiza a cocaína, a coca vira um competidor e, portanto, tem de ser erradicada. Tenho a patente da cocaína, vou vender a cocaína e vou controlar a cocaína. Então essa forma de legislar sem declarar claramente qual o motivo da legislação acaba criando esses impasses que observamos.

O senhor Pardo chamou isso de contradições e equívocos, eu chamo de ambiguidade. Legislamos sobre substâncias psicoativas e, da perspectiva de saúde pública, as menos graves em termos dos impactos individual e coletivo. Isso poderia ser apenas uma questão política, e a decisão política vem de altas autoridades e está feita. Entretanto, do ponto de vista comportamental, praticamente em nenhum canto do mundo temos uma criança, um adolescente ou um jovem que usa uma droga ilícita antes de ter passado pelas lícitas. Os dados do Brasil são muito claros, poucos fumam maconha antes de fumar cigarro comercialmente vendido e antes de beber. Os números são avassaladores.

No Brasil, entre jovens e adolescentes, temos cerca de 60 a 70% que bebem, e 40% que fumam cigarros convencionais, e cerca de 15% que usam maconha, a droga mais usada no Brasil. Vou me permitir retomar a metáfora do chefe da Polícia Federal quando ele disse que não basta apenas combater a cocaína, não basta apenas combater o ópio, combater o produto industrializado, temos que ir na raiz do problema, e gostaria que essa estratégia, essa é minha sugestão construtiva, fosse adotada para a questão das drogas. Vamos à raiz do problema, literalmente não se trata de arrancar a planta da coca, mas de legislar e de criar mecanismos de controle em relação à exposição das crianças e adolescentes à primeira substância psicotrópica que vai criar um modelo comportamental de uso, que é o álcool.

Por um lado, tentamos erradicar as plantações de coca, de papoula, de cannabis, mas, por outro lado, é só sairmos aqui fora e vemos uma enorme propaganda de bebida alcoólica. E as nossas crianças recebem esta mensagem absolutamente ambígua: "Olha, droga é um problema muito sério" o que é verdade, agora, beber, "tome esta marca, com esta a loira vai ser melhor ou com esta o desempenho vai ser melhor". Esta fratura de modelo comportamental está realmente na raiz de parte do fracasso de todas as campanhas de drogas. Retomando o que o general Uchôa disse, precisamos do professor, precisamos dos líderes comunitários, dos pais dizendo que isto é um problema. Entretanto, esses pais, esses líderes comunitários, bebem, fumam, a mãe toma remédio para dormir, a irmã toma remédio para emagrecer.

Essa fratura do modelo comportamental que estamos proporcionando às nossas crianças para mim é realmente a raiz do problema, e falo como um cientista comportamental. Se não incluirmos, se não ampliarmos, descentralizarmos, talvez, como foi dito aqui, a questão das drogas e retomar o conceito original, que a substância causa a dependência e, causando essa dependência, é nociva ao indivíduo, a sua família e à sociedade, vamos ficar aqui tendo de achar subterfúgios, tendo de buscar recursos estilísticos de linguagem para dizer "esta pode e esta não pode, porque é o meu país que produz e outro não produz" e aí surge esta dicotomia de produtor e consumidores, surge a dicotomia do traficante e do usuário. O problema é um só.

Não vou chamar de drogas as substâncias psicoativas que causam dependência; estão nas sociedades. A ministra Virginia disse, é utópico imaginar que isso será erradicado. O que não é utópico é imaginar que a sociedade possa ser educada a respeito dos riscos de cada uma dessas substâncias, e, sem ferir os direitos humanos e o direito do indivíduo, escolher que caminho

ele quer tomar, que faça a sua escolha de forma esclarecida, sabendo que a substância "A" tem um potencial de causar a dependência enorme e, com poucas vezes que ele use se torna um dependente, liquidado pelo resto da vida, e outras substâncias, que estão na lista das mais perigosas, nem causam muita dependência do ponto de vista clínico. São substâncias bastantes inócuas que, entretanto, estão na classificação mais rigorosa de controle que mobiliza as autoridades policiais e judiciais a exercerem um enorme controle, um enorme esforço, o que significa dar tiro em chimango, gastar pólvora em chimango, que é uma expressão gaúcha para dizer que o passarinho que você vai matar não vale a pólvora que tem no cartucho. Isto desvia recursos, isto dilui a perspectiva de um controle efetivo das substâncias em benefício do indivíduo e da sociedade e não em benefício de alguns grupos econômicos que detêm o poder. Não tenho dúvida nenhuma que o álcool continua sendo uma substância não controlada devido à dimensão do poder econômico que está por trás disso. Espero que essas contribuições possam ajudar muito. Obrigado pela oportunidade em participar!

Antonio de Aguiar Patriota – Ministro Interino das Relações Exteriores e Secretário-Geral das Relações Exteriores

Acho que foi com uma entonação muito interessante que aborda um outro ângulo da questão. E o José Armando Felix se inspirou e me pediu para fazer um breve comentário sobre a sua intervenção.

Ministro Jorge Armando Felix – Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

Muito obrigado! Apenas para chamar a atenção de alguma coisa que, mesmo diplomaticamente, diria, é uma distorção da nossa maneira de encarar o problema das drogas. Quando falamos em drogas, imaginamos imediatamente redução da oferta, repressão, redução da demanda e prevenção. Esta é uma redução simplista demais do problema. Quando falamos em prevenção, falamos prevenção, mas imaginamos imediatamente que aquele usuário de drogas é um problema de saúde e, depois de resolvido o problema de saúde, é um problema social, de reinserção na sociedade. Não podemos esquecer de uma coisa – os não usuários. Vamos dar um exemplo aqui da maconha. A maconha, tirando as drogas lícitas, é aquela em

que temos o maior percentual de usuários no Brasil. O uso da maconha ao menos uma vez na vida dos 12 aos 65 anos fica em torno de 7 a 8%. Mas não percebemos que 7 a 8% usaram ou usam uma vez na vida, ou pouco mais ou muito mais do que isso, mas 92% não usam.

Quando falamos no álcool, metade da nossa população já experimentou ou experimenta com maior ou menor frequência, mas 50% da população adulta brasileira jovem e adulta não usa o álcool. Então, esquecemo-nos que uma das grandes preocupações que temos de ter é trabalhar aqueles que não usam e evitar que eles ingressem no grupo dos que usam. Esse é um grande desafio, porque ele deve ser enfrentado pela professora, no dia a dia na escola, criando uma rede de proteção entre os jovens. Já formamos mais de 120.000 educadores. É preciso que isso seja transmitido, e estamos fazendo isso através das várias lideranças comunitárias em todas as áreas, e fazemos isso também com as famílias. São os dois grandes centros, o secretário Uchôa já comentou isso, que os jovens olham e confiam na informação que recebem: a escola e a casa.

Então, é isso que queria chamar a atenção. Não chamo de distorção porque nós nos preocupamos com razão com aqueles que precisam de apoio, mas é uma minoria. Claro que temos de nos preocupar com eles, temos de dar todo o apoio de saúde, proporcionar todas as características para melhorar a situação dele, reduzir a dependência, reintegrá-los à sociedade, mas não podemos nos esquecer da grande maioria silenciosa que não é pirotécnica. Aquele trabalho de apreensão e incineração de algumas dezenas ou centenas de quilos de cocaína e de maconha, aquilo é notícia, vai para o para o jornal, mas o trabalho anônimo, diário, persistente, aquele não é notícia. E temos a tendência de esquecermos dele. Então a este aspecto que gostaria de chamar a atenção, porque este é o grande trabalho que é feito. Isso, efetivamente, é o que nós chamamos de prevenção, e esse trabalho se desenvolve no dia a dia e precisamos, como disse o Embaixador Zelner, dar um pouco mais de publicidade a isso, trabalhar menos silenciosamente nesta área. Muito obrigado!

Antonio de Aguiar Patriota – Ministro Interino das Relações Exteriores e Secretário-Geral das Relações Exteriores

Tenho mais dois pedidos de intervenção, e o Embaixador Jeronimo estava sugerindo, se todos estiverem de acordo, que esticássemos um pouquinho mais e considerando que tivemos um debate substantivo hoje pela manhã, dispensar a reunião da tarde, mas sem querer desencorajar ninguém a voltar

a pedir a palavra ou a fazer algum comentário adicional. É apenas uma sugestão que talvez se justifique inclusive em função do dia muito bonito, como dizia o nosso representante da UNODC. E com isso eu passo a palavra a Milton Lozano Rocabado, Diretor-Geral de Defesa Social da Bolívia.

Milton Lozano Rocabado – Diretor-Geral de Defesa Social da Bolívia

Gracias. Muy buenas tardes a este distinguido auditorio, y de corazón agradecer habernos permitido la presencia en este evento tan importante. Tengo anhelo de compartir dos preguntas que en una oportunidad escuché de un productor de la hoja sagrada. Primero me decía: "Milton, la vaca da leche, pero en la vaca no hay queso, la vaca, produce queso", se quería decir que la hoja de coca no es droga. Pero más aún, se preguntaba en qué momento se presentó el problema. Porque de tiempo atrás toda su familia vivía de esta actividad, pero no en términos económicos, sino que era algo que le sustentaba en su salud, etc. Entonces hace 20, 30 años, se constituye ahora un problema. En Bolivia, existe una exigencia en este momento, y esa exigencia es que, en el ámbito de lo político y en el ámbito del operativo, hay que rendir cuentas, hay que explicar, porque existe un componente muy importante que es el control social.

Entonces cuando allí pensamos en la geopolítica de las drogas, definitivamente debemos propender a decisiones de mayor calidad de intervención. Estas consideramos que deben ser duraderas, deben ser intensas. El propósito es el cambio, y lo que debemos hacer es cambiar el estilo de vida en relación a las drogas. Debemos propender a abrir aquel abanico de posibilidades de cambio efectivo, porque también es nuestro anhelo que ese cambio definitivo se ha complementario a un concepto que acabamos de desarrollar allí en nuestra nación que es el de vivir bien, y es el segundo aspecto que quiero compartir. Resulta que en idioma quechua en idioma aimara y idioma guaraní no existe el concepto de desarrollo, de la palabra desarrollo, y es por esto que se incorpora el vivir bien. Porque lo que debemos lograr es que estas políticas públicas, comprehendiendo ese tema, deben ser sustentables, deben ser seguras, deben ser oportunas e pertinentes y comprometidas con ese concepto. Ahora yo me pregunto, al volver a mi país, como puedo explicarles tan sencillamente el que aquí hablamos de paradigmas, hablamos de concepto de mercado, cuando el 60%, 70% tiene una condición sencilla de la acumulación de la riqueza.

Y el tercero elemento decía este campesino, "la madre tierra entrega su producto con un criterio de acumulación muy particular". En determinada región, acumula naranja, en otra región, recursos minerales, pelo ella entrega, decía, sin medir que se le entrega al probo o al ímprobo. El desafío es generar un concepto de acumulación, un concepto de desarrollo integrado que beneficie a todos. Por eso, nuestras estrategias deben incorporar conceptos que hereden de esa cultura y las incorporemos en el proceso de cambio. En ese sentido las políticas públicas en nuestro criterio deben englobar programas que sean también pertinentes, porque en este caso particular la diversidad así nos los exige.

Pero paralelamente a eso, hemos observado que existen dos elementos de mucho cuidado. Resulta que, en otros países, el ser joven y el ser pobre es peligroso. Debemos precisamente trabajar para que esto ya no sea tan vulnerable para ellos. Porque un joven no puede ingresar a esferas políticas a definir. De hecho, no existen políticas públicas dirigidas a los jóvenes. Y se junto a eso existe la pobreza, estamos generando demasiada vulnerabilidad en ese sector.

El proceso de cambio en Bolivia tiene un desafío. Debemos llevar a desarrollar y aceptar una definición uniforme de juventud. Es decir que la juventud puede asumir condiciones de organización y condición autónoma de su vida. Debe apropiar estos jóvenes y fundamentalmente permitirles que se transformen en un sujeto capaz de producirse socialmente y culturalmente. Entonces estas deben ser centradamente las preocupaciones de la geopolítica, de la formulación de políticas públicas, porque es muy complejo hablar al productor, de decirle que la política, la geopolítica y las políticas públicas hasta esto momento han logrado efectos no deseados, que de pronto, hasta ahora, las políticas públicas solamente se han preocupado por reprimir y han despreocupado del concepto de la salud pública. Es muy complicado explicarles que ese efecto al globo, que una presión hecha en X país convierta a otro país en país de tránsito. Es por esto que allí escapamos el concepto de lo integrar.

Es ahí donde debemos trabajar para que con esa sencillez, como se presentan en las naciones indígenas originarias, trabajan con dignidad pero no permiten que se los humillen. Entonces ellos incorporan sus acciones por conciencia. Quiero comentarles que en la región de los yungas, por ejemplo, voluntariamente las comunidades solicitan racionalizar la coca excedentaria. Esto es una decisión consiente. Es allí donde debemos llegar con políticas

públicas para generar decisión integral. Porque ellos son los que cuidarán las fronteras por dentro y por fuera. Gracias.

Antonio de Aguiar Patriota – Ministro Interino das Relações Exteriores e Secretário-Geral das Relações Exteriores

Professor Darc Costa, da UFRJ!

Professor Darc Antonio da Luz Costa – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Queria apresentar os meus agradecimentos pelo honroso convite que recebi dos organizadores deste evento e queria saudar, na figura do general Felix, as pessoas participantes desta mesa. Antes de tudo queria fazer uma digressão de caráter filosófico. Basicamente, o que nos distingue daquilo que nos cerca? O fato de sermos seres racionais e seres dotados de vontade. A ação humana é uma ação sempre racional e sempre decorrente de uma vontade, e isso é uma intervenção. Toda ação humana é uma intervenção, e essa intervenção está submetida a um triângulo indissolúvel, indissociável, que une o que fazer, a como fazer e com que meios fazer. Uma intervenção resulta disso. O que fazer, nós conhecemos como política. A política é o que fazer. Geopolítica é o que fazer, dado o espaço geográfico, levando em consideração o espaço geográfico. Isso é a geopolítica.

Então, a geopolítica deve responder ao que se deve fazer tendo em vista o espaço geográfico. A droga é mercadoria e, como toda mercadoria, está submetida a soluções de duas questões: a questão da produção e a questão do consumo. Aí você tem também o que fazer em relação à produção dado um espaço geográfico, a geopolítica da droga com respeito à produção, e uma geopolítica tendo em vista a questão do consumo da droga. A essa, soma-se outra geopolítica, cada vez mais relevante, que é a da logística, ou seja, a transferência dos centros de produção para os centros de consumo. Diria a vocês que hoje o grande problema não se dá mais na produção, nem se dá mais no consumo. Esse é um problema que já está conceituado e existe, mas é a questão da logística, porque nela é que se dá efetivamente um enfrentamento do crime, que constrói a ligação entre a produção e o consumo. E isso observamos hoje no Estado mexicano com a situação que o México atravessa por seu um espaço de logística da droga.

Mas é bom vocês lembraram sempre de uma coisa. A droga, como foi mencionado pelo professor aqui anteriormente, também tem seus aspectos de caráter político e militar. Ela serve a determinados interesses, e não exclusivamente econômicos, servem a interesses do tipo da máxima que Carlos Magno dizia – o governo dos outros quando fraco é governo bom. E a droga enfraquece os governos. É bom entender isso também, porque é um elemento que conspira, na maneira como está estruturado o mundo, contra a ação do Estado. E aí temos de chegar a outra questão, que é a da estratégia. Quer dizer, na medida em que se tem a política, o que fazer, aí vem a questão do como fazer. Concordo plenamente com o que o Simões colocou, quer dizer, em termos regionais tem de se ter uma estratégia cooperativa e coletiva. Isso na América do Sul é óbvio, e ainda tem de se levar em consideração outro fato que não foi mencionado: o Brasil responde hoje por mais de 50% da população da América do Sul e mais de 55% do Produto Interno Bruto da América do Sul. Logo, a responsabilidade do Brasil nesse processo tem de ser colocada com seu peso.

Outra questão é a questão dos meios, a questão do poder. E esta questão esbarra em um problema muito sério, quer dizer, porque o poder basicamente nessa área, em decorrência do protocolo assinado em 1909, estabelece que tem de ter uma ação estatal de combate de acordo com as determinações, como bem colocou o professor aqui, de determinados segmentos. E essa ação do poder estatal, que é sempre repressor, esbarra claramente e cada vez mais com o discurso da modernidade política, que tem de ser expresso por um individualismo cada vez mais sem limites. Então, você tem aí uma questão muito difícil de ser tratada na medida em que, de um lado, existe o discurso que privilegia o individualismo em detrimento da ação coletiva, e, de outro lado, uma posição de ação repressora do Estado.

Então, é um problema que exige que inovemos, que tracemos métodos de inovação nesse problema, porque esse problema tem uma visão de mais de 100 anos, temos de ter isso em mente, que em 100 anos muita coisa aconteceu. E acho que não há melhor maneira de fazê-lo do que fazer no espaço regional. Temos de inovar dentro deste espaço regional e fugir dos cânones, dos ditames, de países que têm problemáticas diferentes sobre o tema. Porque, se não o fizermos, ficaremos presos a soluções que não tem nada a ver com as questões aqui colocadas. Era isso que tinha a dizer. Muito obrigado!

Antonio de Aguiar Patriota – Ministro Interino das Relações Exteriores e Secretário-Geral das Relações Exteriores

Muito obrigado, professor Darc da Costa. Agora nossa querida Doutora Paulina Duarte, Secretária Nacional Adjunta de Políticas sobre Drogas.

Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte – Secretária Nacional Adjunta de Políticas Sobre Drogas (SENAD)

Muito obrigado Embaixador Patriota, em nome de quem cumprimento todos os senhores aqui presentes. Acho que é muito interessante em todas as falas a profundidade dos comentários, e fica claro nesse debate que existem pontos comuns em todos os oradores, em relação a compartilhar responsabilidades e em relação, principalmente, ao fato de que não é possível abordar essa questão de forma que não seja com um trabalho integrado.

Percebi que estamos aqui discutindo num espaço extremamente privilegiado, e que esse espaço tem, de certa forma, responsabilidade de levar adiante o que aqui foi discutido. Decidi aqui pontuar a questão do diagnóstico da extensão do consumo das drogas. Temos de pensar que nem todos os países da nossa região têm investido em uma avaliação da extensão do consumo e também do próprio tráfico de drogas em seus territórios. Isso dificulta enormemente qualquer trabalho sério, qualquer implantação de políticas que se queira levar adiante.

Há dois anos, o Brasil levou à reunião da Comissão de Drogas da ONU em Viena um projeto de resolução que foi adotado e aprovado. Um projeto de resolução muito simples que dizia que os países deveriam, com apoio da UNODC, fazer estudos periódicos utilizando basicamente a metodologia da Organização Mundial da Saúde para efetivamente ter dados consistentes e comparáveis sobre o impacto do consumo de drogas em seus territórios. Essa é uma questão que temos muita dificuldade em nossa região. E aí eu fico pensando, não temos um diagnóstico adequado sobre o consumo. O Brasil hoje tem uma série de estudos de abrangência nacional porque vem investindo sistematicamente nisso, mas certamente não temos todos os dados ainda que precisaríamos ter. Não temos ainda hoje a condição de fazer análise de tendências de consumo porque nossas séries históricas estão no seu começo. Não havia qualquer investimento regular nesse sentido. Se não temos o diagnóstico, como é que queremos ter uma discussão qualificada sobre o assunto? E sabemos que a discussão sobre o assunto droga no

Brasil ainda é muito pouco qualificada. Peço licença aos colegas dos outros países para dizer que, na verdade, a discussão em nossa região ainda não é uma discussão qualificada. Por quê? Porque discutimos a questão da droga baseado em dois aspectos: nas nossas experiências pessoais e fortemente carregada por um viés moral, ou em discussões baseadas nas informações da mídia que nem sempre é uma informação correta, uma informação que nos dá elementos para ter uma posição consistente. Com isso, é óbvio que surge uma série de distorções, e aí ouvimos e vemos as barbaridades, como, por exemplo, em propagandas em *outdoor* que dizem: "Crack, morte na primeira usada, dependência na primeira usada!". Isso não é invenção, são *outdoors* que estão espalhados pelo Brasil.

Então, na verdade Embaixador, gostaria de pedir licença e fazer uma sugestão, já que estamos em um seminário internacional: que nós usássemos um fórum regional hoje privilegiado, que é a UNASUL, que levássemos essa questão à discussão no Conselho de Política sobre Drogas da UNASUL; que estabelecêssemos um compromisso em obter diagnósticos regionais sobre o consumo e o impacto do consumo de drogas em nossos países; que nos comprometêssemos a trabalhar na capacitação dos diferentes atores sociais que lidam com a questão da droga para que pudéssemos qualificar a nossa discussão regional sobre o tema. Acredito que isso, em muito, fortaleceria a posição da nossa região, porque não é novidade que, mesmo nos fóruns especializados sobre drogas, ouvimos muitas vezes posições de delegados muito sobrecarregadas de viés moral e com desconhecimento científico sobre o tema. Então, essa é a minha sugestão para que a gente possa fortalecer a nossa posição regional. Obrigado!

Antonio de Aguiar Patriota – Ministro Interino das Relações Exteriores e Secretário-Geral das Relações Exteriores

Bom, esgotei a minha lista de oradores. Quero saber se alguém quer fazer algum comentário a mais? Sim, o representante do UNODC tem a palavra!

Sandeep Chawla – Diretor do UNODC

Thank you. I would like to say a word in response to the last point made by my colleague, on the need for data particularly on drug use. This is something

which the system that we are trying to deal with would benefit enormously from having much more data on drug use that we do at the moment. To offer you an example since we are discussing it in the context of the Brazil, we publish this report every year. This is based upon data given to us by countries, it is called *The World Drug Report*. Its data is given to us by every individual country and tabulated. A lot of the countries in the region here we actually have no data on drug use. The data that we have on drug use in Brazil, for instance, is from 2005. That is the last research that was done systematically across the country, to generalize.

Now, you have several levels of data on drugs which are very according to the degree of robustness. The hardest one is the most important. The most important data on the drug problem is on the number of users and how much they consume, and that is the least robust, the weakest, and one which we need the most, but which is the hardest to do. So, I think that one concrete step that any country, serious about dealing with the drug problem, can take is to try and secure data on the basis of epidemiological services where there is a well-established methodology that is available from, as our colleague here said, the World Health Organization, but also from the United Nations Office on Drugs and Crime. That is a very simple way of doing it. The only problem is that, sometimes, it is quiet costly and it needs a commitment of the government to do this. And, if this data can be generated, you will find the there is much more basis for the policies that are discussed in a national context.

Another thing which people very often forget is that, in fact, within the existing control system of the drug conventions, there is an enormous amount of room for maneuver for any country to design any kind of policy that it think is appropriate. There is so much room for maneuver that you can have different experiences right across the board, and they are all acceptable within the conventions. So, the discussion about changing the paradigm is important, but the system can go on without changing the paradigm provided. A degree of flexibility is accepted all across.

In other work that is done on drug policy, I accepted very reluctantly the conclusion, but I have to accept it. And that conclusion is that there are two questions to draw our attention to in the drug policy: the first one is that it is very hard, very difficult indeed, to find a link between the kind of policy a country has and the manifestation of the drug problem in terms of the number of users, the amount of trafficking and the amount of transshipment. And the reason for that is very simple: the problem is globalized, as we have been

discussing in this morning. But we have so many cases in the world, countries which have liberal policies do not have a big problem, countries which have very authoritarian policies have a big drug problem. What is the relationship? It is a dilemma, and you can only solve that dilemma if you start getting the information on news. The second dilemma, which we can only solve, and this is ironically the method in which we invest the most to deal with the drug problem and that is law enforcement. We invest a lot in law enforcement across countries and so on, it is the most invested in and it's the least evaluated. We do not evaluate law enforcement interventions and the reason is because they are articles of fate. What we really should spend more time evaluating is these law enforcement interventions, we spend a lot of time evaluating prevention initiatives and we are all aware of the dilemma with that.

Prevention is successful if the behavior that you prevent does not happen. So, by preventing drug use, how do you know preventions is successful? If nobody uses drugs. How do you measure a behavior that never happened in the first place? So, rather than spend a lot of energy on these things, if we put a little bit of our effort into collecting this crucial data, we would have a much better guide for policy. Thank you.

Antonio de Aguiar Patriota – Ministro Interino das Relações Exteriores e Secretário-Geral das Relações Exteriores

Bom, estamos chegando aqui à fase conclusiva da nossa conversa, que acho que foi extremamente estimulante, mas, antes de fazer alguns comentários finais, o doutor Pedro Abramovay pediu a palavra e creio que ele pode nos ajudar também a extrair algumas conclusões e algumas diretrizes para a ação futura, quem sabe. Pedro.

Pedro Vieira Abramovay – Secretário Nacional de Justiça

Obrigado ministro, queria, também, como representante do Ministério da Justiça e como um dos organizadores deste evento, fazer um pequeno apanhado das impressões que o ministério teve. Primeiro, agradecer a todos a possibilidade de fazer um debate sem preconceitos, o que nesse tema é algo raro do ponto de vista de discussões acadêmicas, discussões políticas, no plano interno ou no plano internacional. Esse debate sem preconceitos, muito mais baseado em dados concretos do que em convicções morais ou

religiosas, e por isso, iniciativas como a produção de dados citada nas últimas falas são tão importantes.

Acho que esse debate em várias das falas também privilegiou um aspecto que nesse tema aparece com cada vez mais força, ainda bem, que esse tema deve ser tratado a partir da ótica dos direitos humanos. Não se pode dissociar direitos humanos em todos os seus aspectos, e isso está muito claro aqui. Outro tema importante que apareceu, que é uma novidade no debate aqui no Brasil, é a questão do estigma. Ou seja, este tema não pode estigmatizar como tem estigmatizado, mas também o estigma não pode ser um empecilho para que se tome medidas concretas e se coloque o tema como prioridade na agenda. Ou seja, o Brasil, por exemplo, não pode ter medo de enfrentar o tema como um tema importante porque isso poderia estigmatizar o Brasil. A gente consegue superar essa fase, isso ficou muito claro aqui.

Outro tema que me pareceu muito importante, sobretudo na fala do vice-ministro Felipe Cáceres, é que a cooperação internacional tem de produzir instituições fortes em todos os países, ela não pode ser uma cooperação internacional que simplesmente tenha uma relação assimétrica entre países e que construa bases, construa estruturas de países estrangeiros em determinados países, mas sim uma cooperação que construa instituições fortes, soberanas e capazes de criar um ambiente de cooperação internacional que possa produzir políticas eficientes.

Por último, concluindo a partir de tudo isso, acho que ficou ainda mais claro, que, falando como Ministério de Política Interna que é o Ministério da Justiça, não é possível fazer uma política interna na área de drogas sem considerar a construção de pontes e olhar para a construção de uma política de cooperação com os países, mas também não é possível hoje construir uma política exterior, sobretudo, de integração na América do Sul e na América Latina, que não tenha o tema das drogas como um tema relevante, sem qualquer medo de estigmatização. Em ambos os casos, da política interna e da política externa, parece cada vez mais claro que esse é um tema que deve ser analisado a partir da ótica dos direitos humanos, ótica essa que fundamenta em nossa Constituição tanto as políticas públicas internas quanto as políticas públicas de relações exteriores.

Antonio de Aguiar Patriota – Ministro Interino das Relações Exteriores e Secretário-Geral das Relações Exteriores

Bom, muito obrigado doutor Pedro Abramovay! Queria agradecer a todos participantes e muito particularmente os que nos ajudaram a organizar esse debate hoje, General Armando Felix, o Ministério da Justiça aqui representado pelo Pedro Abramovay, Luiz Fernando Correa, além da FUNAG. Agradecer muito aos participantes estrangeiros da América do Sul que enriqueceram muito a nossa troca de ideias e também os meus colegas do Itamaraty, o público em geral, e outros participantes. Também um pouquinho a guiso de algumas ideias conclusivas, e aí trazendo um pouquinho para minha perspectiva que é a da diplomacia e do um relacionamento internacional que o Brasil está procurando propor.

Acho que o primeiro ponto que fica muito claro é que o Brasil está disposto a assumir plenamente a sua responsabilidade nacional, regional, multilateral, e no trato desse assunto que é, como disse o general Armando Felix, um assunto global, não há mais como negá-lo. A globalização transformou esse problema em um problema mundial. Sabemos que os enfoques nacionais são fundamentais, mas que isoladamente um país não conseguirá resolver a questão e que, inclusive, as estratégias nacionais podem produzir impactos regionais e internacionais que agravam os problemas em outros países, o que não deve fazer parte da agenda de ninguém. Aliás, tenho certeza que se tivéssemos tido um colega mexicano em nosso debate, ele teria chamado muito a atenção para o fato de que a questão da violência gerada pelo narcotráfico no México é indissociável da política norte-americana para venda de armas. Quer dizer, a liberdade para a aquisição de armas nos Estados Unidos é responsável pelo nível de violência gerada no México, uma coisa impossível de ser tratada sem se olhar para a outra. Acho que todos concordaram, e pode se falar em consenso praticamente em volta da mesa, na importância de se fortalecer a cooperação. Fortalecer a cooperação pode ser bilateralmente. Sei que a Polícia Federal leva adiante esta agenda com muito empenho, mas, sobretudo, o que no fundo é a razão não declarada do seminário que podemos expor, sem nenhuma inibição, é de nos prepararmos para tratar do assunto no Conselho Sul-Americano de Combate Mundial ao Problema das Drogas.

Então, recebo de muito bom grado as sugestões da Secretária adjunta, Paulina Duarte – exatamente isso que queremos levar, temas para a UNASUL. O tema da metodologia é fundamental. A questão da base de comparação do fortalecimento institucional, da harmonização de leis penais, como mencionou a deputada Maria Paula, do Equador. Haverá outros temas, mas esses são essenciais. Também identifiquei um tema que não estava muito em meu radar, que são as implicações de gênero, as implicações étnicas do tema, muito bem alimentadas pelo nosso colega colombiano, o fato de determinados segmentos da sociedade que acabam também sendo estigmatizados em função do papel que desempenham nessa cadeia que envolve um sucedâneo grande de atores e indivíduos.

Enfim, nesse esforço de assumirmos plenamente a nossa responsabilidade aqui na América do Sul por melhores soluções, precisamos combater distorções, percepções equivocadas e também um arcabouço conceitual e um vocabulário que não atende às necessidades. Acho que também o professor Darc colocou ênfase num ponto muito importante levantado também pelo embaixador Simões: que as soluções para uma região não são necessariamente soluções para uma região com desafios sociais, econômicos, de desenvolvimento, culturais distintos. Há suficientes características comuns aqui na América do Sul para que trabalhemos de forma integrada o tema na identificação das dimensões do problema e na proposta de soluções.

Creio que todos concordaram também sobre a transversalidade da questão. Não adianta só um setor do governo se preocupar com o assunto. Acho que uma das vantagens desse debate hoje também foi essa, de reunir especialistas na repressão, mas também outros preocupados com a prevenção, com o lado comportamental em relação às substâncias que geram dependência, a questão do tratamento etc. É essa consciência que precisa ser enfatizada e nós mesmos precisamos incorporar isso em nosso discurso, em nosso trabalho: a inter-relação do que faz a justiça, do que faz área econômica, comercial, área da saúde e a área das relações internacionais. Também lembrando, como mencionou o General Uchôa, da importância de uma harmonia entre Executivo, Legislativo e Judiciário, o papel dos municípios, dos estados e do Governo Federal, o papel da sociedade civil, do meio acadêmico, dos indivíduos, sobretudo, dos educadores, aqueles que lidam com as populações-risco nesse caso, que são os jovens. Acho que os jovens pobres, como mencionou o nosso colega boliviano, também.

Mais uma ou duas ideias, só para concluir, um tema que emergiu e considero ser muito importante e está associado a um ponto que o Embaixador Júlio Zelner fez: a questão do tratamento militarizante ou não do problema, e creio também que é o consenso nosso aqui. Esse é um desafio que deve ser tratado por meios pacíficos essencialmente. Claro que a repressão envolve a ação policial, agora, até usando a aqui uma imagem que a Paulina Duarte outro dia usou, que é difícil você identificar quando é que uma cor deixa de ser rosa e começa a ser vermelho, e acho que é muito importante termos em mente – evitar ingressarmos no terreno da ação militar de maneira inadvertida. Essa confusão de conceitos entre o que é um problema de origem social, mas que tem um componente comercial e econômico, e a questão do terrorismo, a questão da preservação da paz e segurança internacionais pode levar a estratégias, a meu ver, muito equivocadas e, como alguns dos melhores exemplos aqui trazidos hoje, foi o enorme aumento do plantio de papoula no Afeganistão, não obstante a presença maciça de forças da OTAN no país. Então, não há uma relação benéfica entre esses conceitos e pode ser sim uma relação que é muito prejudicial a uma abordagem construtiva e que produz as soluções que gostaríamos de ver.

Então, enfim, agradecer uma vez mais a todos que participaram. Sei que vários deram entrevistas, vamos depois recolher esses depoimentos, talvez possamos fazer até um resumo aqui do que foi levantado hoje. Já existem as contribuições aqui por escrito também. Tudo isso será muito valioso para o trabalho futuro que tencionamos realizar em termos de dar substância e, sobretudo, trazer ao Conselho de Combate ao Problema Mundial das Drogas da União de Países Sul-americanos um debate não ideológico, bem informado, com metodologias modernas que nos permitam avançar no tratamento a essas questões cruciais para todos os nossos países. Muito obrigado a todos vocês!